

Transcrição de dados - Transcrição de registros

Law Law Degree Program: Departamento de Direito Law Studies Program : Law

Sobrenome do aluno, primeiro nome: Data de nascimento e local: Matrikelnr :

Número de registro : Hugendubel , Julia 23. 02.1985, Filderstadt 627862

Universidade de Konstanz D-78457 Konstanz , Alemanha

Tel. + 49- (0) 7531 88-0 Fax: + 49- (0) 7531 88-3688

Certificado de graduação em Direito dos Exames Estaduais, Primeiros Exames Jurídicos no Programa de Estudos: Primeiro Exame de Direito

Universidade de Konstanz

Exame Semestral Título do curso Nota Número de participantes Termo Código do exame Título da disciplina Participantes da série local / MI) P. E (3) falhou

W 2006 135-2110 Direito penal Parte geral 05 187/77 Direito penal Parte geral

S 2007 135-2230 Seção Especial de Direito Penal II 09 47125 Parte Especial de Direito Penal | eu

S 2008 135-2343 'Direito processual penal 0 7 114/53 Direito processual penal

W 2006 135-2900 Tarefas domésticas em direito penal 08 111/28 Exercícios em direito penal para iniciantes

W 2006 135-3110 Direito Constitucional | 05 259/61 Direito Constitucional

W 2007 135-3970 Direito europeu | 08 95/27 Direito europeu | (Instituições)

W 2006 135-4120 Direito contratual II 04 60/11 Direito contratual II

W 2007 135-4150 Direito do Trabalho I 06 97/17 Direito do Trabalho

Se aplicável, continue em uma página separada para continuar em uma folha separada (1) (2) (3) (4) Referências abaixo, veja a explicação abaixo

Data: 7 de outubro de 2019 Página 1/4

Diretor de Assuntos Jurídicos / Dec / Administration Officer

Nome: Sr. Ass . Jur . Daniel Werner, consultor especialista em selos da Universidade de Konstanz

Universidade de Konstanz

Sobrenome do aluno , primeiro nome: Matrik elnr ,

nº : Tel. + 49- (0) 7531 88-0

Página de Student 's nome,

Nome: Número de registro: D-78457 Konstanz , Alemanha

Fax: + 49- (0) 7531 88-3688 página Hugendubel Julia 627862 Semestre 2/4 exame.

Nome da Unidade Curricular Número de participantes Termo Código do exame Título da Unidade Curricular local / / (1) (2) (3)

Reprobate W 2006 135-4210 184/43 04 Criminal Lei Tort S 2007 135-4440

Lei de Propriedade 04 28/15 Lei de Propriedade S 2007 135-4734 |

Direito Processual Civil 04 38/4

Lei de Processo Civil W 2007 135-5060

Exercício avançado : Direito Civil (Trabalho de Casa) 04 118/29 Exercícios de Direito Civil para Estudantes Avançados,

Avaliação W 2007 135-5070 - Prática avançada: Direito Civil (Supervisão) 05 220/109

Exercícios de direito civil para estudantes avançados, ex-convidados em W 2007 135-5070 |

Exercício intermediário: direito civil (supervisão) 04 220/109 Exercícios de direito civil para estudantes avançados,

Exame supervisionado S 2007 135-5160 Prática avançada: direito penal (trabalhos de casa) 12 141/34 Exercícios de direito penal para estudantes avançados,

Avaliação S 2007 135-5170 Prática avançada: direito penal (supervisão) 04 269/162 Exercícios de direito penal para estudantes avançados,

Exame de acompanhamento S 2007 135-5170 | Prática avançada: direito penal (supervisão) 04 269/162 Exercícios de direito penal para estudantes avançados,

Exame de vigilância W 2008 135-5170 Prática avançada: direito penal (supervisão) 04 285/170  
Exercícios de direito penal para estudantes avançados,

Exame de vigilância S 2009 135-5170 - Prática intermediária: direito penal (supervisão) 06 182/82  
Exercícios de direito penal para estudantes avançados,

Exame de vigilância S 2009 135-5170 | Prática intermediária: direito penal (supervisão) 09 182/82  
Exercícios de direito penal para estudantes avançados,

Exame de acompanhamento W 2009 135-5170 | Prática intermediária: direito penal (supervisão)  
07 329/2410 Exercícios de direito penal para estudantes avançados,

Exame supervisionado S 2008 135-5260 Intermediário avançado: direito público 07 101/7  
Exercícios de direito público para estudantes avançados,

Avaliação s 2008 135-5270 - Prática avançada: Direito público (supervisão) 07 181/5 8 Exercícios  
de direito público para estudantes avançados,

Exame de vigilância QS! TA x «4 so) Dajum - Data: 7 de outubro de 2019 dE e go

Assinatura Jurisprudência Assinatura do registrador / ano dec / funcionário da administração

Nome: Sr. Ass . Jur . Daniel W Erner, consultor de estudo especializada

Selo da Universidade de Konstanz

Nome do aluno, nome: Matrikelnr : Universidade de Konstanz

Página Nome do aluno, Nome: Número de registro: D-78457 Konstanz , Alemanha

Tel. + 49- (0) 7531 88-0 Fax: + 49- (0) 7531 88-3688

Página Hugendubel , Julia 627862 Exame 3/4 semestre.

Nome da Unidade Curricular Série Número de participantes semestre

Código do exame Título do participante do curso grau local / (1) (2) (3) não pôde sair W 2008 135-5760 |

Curso de Fundamentos: Metodologia 11 20/4 Assunto da Fundação: Metodologia W 2008 135-10055 Mediação 13 14/0 Mediação W 2007 135-600 5

Curso de inglês com referência legal aprovada / 55/0 Idioma para fins especiais Curso aprovado W 2008 135-5590 estudos práticos Passado / colocação obrigatória integrada a 55/0 Passado W 2009 135-8925

Universidade do exame: Estudo e discussão 16 7714

Exame de seminário na área de especialização Ss 2010

Exame 135-8940 Universidade: 815 Supervisão USP outubro 108/9 exame faculdade: Um exame invigilado S 2010 135-8950

Exame universitário: exame oral de US \$ 1 6 USP 14 108/1

Ex- universidade amém: exame oral Data - Data: 7 de outubro de 2019 AS Jurisprudência

Assinatura do registrador / reitor / oficial de administração

Nome: Sr. Ass . Jur . D aniel Werner, assessor estudo

Selo da Universidade

Sobrenome e sobrenome do aluno: Registro: Universidade de Konstanz

Nome do aluno, Nome: Número de registro: D-78457 Konstanz , Alemanha

Telefone: + 49- (0) 7531 88-0 Fax: + 49- (0) 7531 88-3688 página

Hugendubel , Julia 627862 414 (1) Semestre - Termo W = semestre de inverno (outubro a março do ano seguinte), período de inverno (outubro a março do próximo ano)

S = semestre de verão (abril a setembro), período de verão (abril a setembro)

(2) Módulo no. ou evento não. - Código da unidade curricular Se especificado no pacote de informações ECTS. Consulte o pacote de informações ECTS

(3) Descrição do sistema de qualificação em direito - Sistema de qualificação da Faculdade de Direito Alemão:

As notas do curso de direito estadual são regulamentadas na República Federal da Alemanha por um decreto especial do Ministério Federal de Justiça. A escala de classificação está entre 0 e 18 e é necessário pelo menos 4 para concluir todos os cursos. Uma nota entre 16 e 18 será concedida apenas por serviços extraordinários.

Os diplomas concedidos nos Programas de Licenciatura em Direito são regidos na República Federal da Alemanha por um decreto emitido pelo Ministério Federal de Justiça sobre a concessão de notas . A escala de classificação é entre 0 e 18. A nota de aprovação em todos os cursos de direito é 4, uma pontuação entre 16 e 18 é concedida apenas por desempenho excepcional.

16-18 = muito bom - muito bom 13-15 = bom - bom 10-12 = completamente satisfeito - completamente satisfatório 7-9 = satisfatório - satisfatório 4-6 = suficiente - aprovado 0-3 = ruim - não aprovado ed (falha ) (4) créditos ECTS: 1 volies ano lectivo - 1 ano lectivo completo = 60 créditos 1 semestre - 1 semestre = 30 créditos ECTS

Se necessário, mais créditos ECTS podem ser mostrados em um módulo do que pelo menos no módulo em questão. ! Se aplicável, mais créditos podem ser mostrados em um módulo do que o requisito mínimo para esse módulo.

Nota: Este documento é válido apenas com a assinatura de um assinante e um selo da universidade. Este documento não é válido com a assinatura do registrador / reitor / oficial de administração e o selo oficial da instituição.

Dossiê da Universidade IE - certificado de notas aneino

Licenciatura em Direito

Curso: Departamento de Jurisprudência do Direito do Programa da lei IES: sobrenome Direito do aluno, nome: data de nascimento e local:

Ensino : Universidade Konstanz

Nome do aluno, nome: Data e local de nascimento : número de inscrição: uma parte

Hugendubel , Julia 23.02.1985, Undo ;

N tel. + 49- - 627 862 Fax: + 49- (0) 7531 88-3688

Graus no Programa de Bacharelado em Direito do Estado, Primeiros registros de exames legais no Programa de estudos: Primeiro exame de direito

Exame Semestral Título da unidade curricular

Número de participantes

Código do exame

Título dos participantes do Media Luna Local Grade / ( ou) (2) (3) reprovado

W 2006 135-2110 | Direito Penal Parte Geral 05 187/77 Direito Penal Parte Geral

S 2007 135-2230 Seção especial de direito penal II 09 47125 Parte especial de direito penal |

S 2008 135-2343 'Processo penal 07 114/53 Direito processual penal

W 2006 135-2900 Tarefas domésticas em direito penal 08 111/28 Exercícios em direito penal para iniciantes

W 2006 135-3110 Direito Constitucional | 05 259/61 Direito Constitucional

W 2007 135-3970 Direito europeu | 08 95/27 Direito europeu | (Instituições)

W 2006 135-4120 Direito dos Contratos II 04 60/11 Direito dos Contratos II

W 2007 135-4150 Direito do trabalho 06 97/17 Direito do trabalho

Se necessário, continue com o seguinte em uma folha separada: - 1) (2) (3) (4) Comentários abaixo, veja a explicação abaixo TA T (1) (2) (3) (4) 9 PO os : Data RN - Data: 7 de outubro de 2019  
página 1/4

empresa Jurisprud gengiva

Assinatura do registrador / ano dec / funcionário da administração

Nome: Sr. Ass . Jur . Daniel Werner, consultor de estudos

Vender ou Universidade Konstanz

Sobrenome do aluno, primeiro nome:

Registro: Universidade Konstanz

Tel. + 49- (0) 7531 88-0 Fax: + 49- (0) 7531 88- 3688

Página Nome do aluno,

Nome: Número de registro: D-78457 Konstanz , Alemanha página Hugendubel , Julia 627862 214

Exame semestral.

Título da unidade curricular

Número de participantes

Código do exame

Nome da Unidade Curricular Local Participantes / (1) (2) (3) reprovado W 2006 135-4210 |

Direito penal 04 184/43 delito

S 2007 135-4440 Lei 04 28/15 Direito Imobiliário

S 2007 135-4734 Direito processual civil 04 38/4 Direito processual civil

W 2007 135-5060 exercício avançado: direito civil (trabalho doméstico)

04 118/29 Exercícios de Direito Civil para Estudantes Avançados, Avaliação W 2007 135-5070 - Prática Avançada: Direito Civil (Supervisão)

05 220/1109 Exercícios de Direito Civil para Estudantes Avançados, Exame de Vigilância W 2007 135-5070 - Prática Avançada: Direito Civil (trabalho de supervisão)

04 220/109 Exercícios de direito civil para estudantes avançados, exame supervisionado S 2007 135-5160 Prática avançada: direito penal (trabalho doméstico)

12 141/34 Exercícios de direito penal para estudantes avançados, avaliação

S 2007 135-5170 n exercício avançado : Direito penal (supervisão) 04 269/162 Exercícios de direito penal para estudantes avançados, exame de acompanhamento S 2007 135-5170 | Prática intermediária: Direito penal (supervisão)

04 269/162 Exercícios de direito penal para estudantes avançados, exame de vigilância W 2008 135-5170 Exercício intermediário:

Direito Penal (Supervisor)

04 285/170 Exercícios de direito penal para estudantes avançados, exame de vigilância S 2009 135-5170 - Prática avançada: direito penal (supervisão) 06 182/82 Exercícios de direito penal para estudantes avançados,

Exame de vigilância S 20 09 135-5170 | Prática intermediária: direito penal (supervisão) 09182/82  
Exercícios de direito penal para estudantes avançados, exame personalizado W 2009 135-5170 -  
Prática avançada: direito criminal (supervisão)

07 Exercícios de Direito Penal 329/210 para Alunos Avançados, Exame Envolvido S 2008 135-5260  
Intermediário Avançado: Direito Público

07 101/7 Exercícios de Direito Público para Estudantes Avançados, Avaliação S 2008 135-5270 -  
Prática Avançada: Direito Público 07 181/58

Exercícios de Direito Público para Estudantes Avançados, Exame Invocado

Data - Ano :

7 de outubro de 2019

Assinatura da autoridade do Comitê de Auditoria Assinatura do registrador / reitor / oficial de  
administração

Nome: Sr. Ass . Jur . Daniel W Erner, estudo consultor especializado

Selo da Universidade de Konstanz

Sobrenome do aluno, primeiro nome:

Ensino: Universidade Konstanz

Tel. + 49- (0) 7531 88-0 Fax: + 49- (0) 7531 88- 3688

Página do nome do aluno, nome: número de registro: D-78457 Konstanz , Alemanha página Grandubel , Julia

627862 Exame 3/4 semestre.

Título da unidade curricular

Número de participantes Termo

Código do exame local

Participantes da série / (1) (2) (3) falharam W 2008 135-5760 |

Curso de Fundamentos: Metodologia 11 20/4 Assunto da Fundação: Metodologia W 2008 135-10055 Mediação 13 14/70 Mediação W 2007 135-6005 Curso de inglês com orientação jurídica aprovada / 55/70 Idioma para fins especiais Curso aprovado W 2008 135-5590 Tempo para estudos práticos anteriores n / 55/0 Colocação obrigatória integrada aprovada W 2009 135-8925 Exame universitário: tese e disputa de estudantes 16 7711 Seminário de exame na área de especialização S 2010 135-8940 Exame universitário: supervisão após USP 10 815 108/9 universidade exame: exame invigilado S 2010 exame 135-8950 universidade: exame oral com USP 14 816 108/1

Exame universitário: exame oral

Data - Ano : 7 de outubro de 2019

Pres Jurisprudência

Assinatura do registrador / reitor / oficial de administração

Nome: Sr. Ass . Jur . Daniel Werner, consultor de estudos

Sobrenome do aluno, primeiro nome:

Ensino: Universidade Konstanz

Telefone: + 49- (0) 7531 88-0 Fax: + 49- (0) 7531 88-3688 página

Página Sobrenome do aluno, Nome:

Número de matrícula. D-78457 Konstanz , Alemanha

Hugendubel , Julia 627862 414 (1) Semestre - Termo W = semestre de inverno (outubro a março do ano seguinte), período de inverno (outubro a março do próximo ano )

S = semestre de verão (abril a setembro), período de verão (abril a setembro)

(2) Módulo no. ou evento não. - Código da unidade curricular Se especificado no pacote de informações ECTS. Consulte o pacote de informações ECTS

(3) Descrição do sistema de qualificação em direito - Sistema de qualificação da Faculdade de Direito da Alemanha:

Na República Federal da Alemanha, as qualificações no programa estadual de graduação em Ciências Jurídicas são uniformemente regulamentadas por um regulamento de qualificação do Ministério Federal da Justiça. A escala de classificação está entre 0 e 18 e é necessário pelo menos 4 para concluir todos os cursos. Uma nota entre 16 e 18 será concedida apenas por realizações extraordinárias.

As Notas concedidas nos Programas de Licenciatura em Direito são regidas na República Federal da Alemanha por um decreto emitido pelo Ministério Federal de Justiça sobre a concessão das

Notas s. A escala de classificação é entre 0 e 18. A classificação é 4, uma classificação entre 16 e 18 é concedida apenas para um desempenho excepcional.

16-18 = muito bom - muito bom 13-15 = bom - bom 10-12 = completamente satisfeito - completamente satisfatório 7-9 = satisfatório - satisfatório 4- 6 = suficiente - aprovado 0-3 = ruim - não aprovado ( falha) (4) Créditos ECTS: 1 ano académico completo - 1 ano académico completo = 60 créditos ECTS 1 semestre - 1 semestre = 30 créditos ECTS

Se necessário, mais créditos ECTS podem ser mostrados em um módulo do que pelo menos no módulo em questão. Você pode ver mais em um módulo do que o requisito mínimo para esse módulo.

Nota: Este documento é válido apenas com a assinatura de um assinante e um selo da universidade. Este documento não é válido sem a assinatura do registrador / reitor / oficial de administração e o selo oficial da instituição .

Aos " A jurisprudência iengang no início de um estudo no semestre de inverno Ra 2%;" 8 F da decisão do Conselho da Faculdade de 10.07.2007 g emo So "ou Direito Civil Direito Penal Direito Público

§> sp ""% da 4 Direito Contratual | 5 Parte Geral 4 do Status da Lei da Organização

' Ly \$ y', g 2 Direito Penal 2 Introdução à

4 e 9 Direito Administrativo Yo Paio

o uy Assim, a lei de auditoria civil ou criminal provisória é um conselho Vs -4 Direito contratual II 4 Parte especial | 4 Direitos fundamentais

x G, Julho 2 Obrigações Legais 4 geral de "q" % administrativa processo legal advogado legal e administrativo de trabalho em direito público, o trabalho doméstico por mais exercício em direito penal iphie Direito Contratual 2 II 2 Parte Especial II veículo com rodas 4 u. Lei de construção WS-3. PT 2 Procura 2 Direito Comercial 3 Clínica Geral 2 Direito Internacional Privado Contencioso 4 Direito da Propriedade 2 Direito Europeu | Tarefas domésticas para o principal exercício de direito público 2 Qualificação chave 2 Direito de proteção ao consumidor 2 Direito de responsabilidade

pública WS-5.FS / Assuntos públicos em geral 3 Grande exercício SS- 6. Especialização FS WS - 5. / 7. Semestre especial SS - 6. / 8. Semestre 2 Atividade econômica internacional 2 GM Direito Comercial Internacional 3 Direito Comercial Público 2 Fundamentos do Direito Comercial Privado 2 Direito das Patentes 2 Copyright VM 1 2 Direito Antitruste 2 Direito Internacionalidade 2 Direito das Marcas

Direito de iniciar estudos no semestre de inverno F da decisão do conselho da faculdade de 10.07.2007

e 4 g ou direito civil e direito público direito penal São Paulo Te 4 Lei de Contrato | 04 de maio Seção Geral da Organic Lei Estadual faria Pr, Vo "OP 2 Danos Right 2 Introdução ao re uma auto DD direito administrativo OU Task , auditoria Interim civis ou penais § I Ss tats - 4 Contract Law II 4 Part Especial | 4 Direitos fundamentais »A 2 Dívida legal 4 Direito administrativo geral 4 A" O direito do relacionamento e o direito processual administrativo funcionam em direito público.

Tarefas domésticas para um importante exercício do direito penal iphie 2 Direito contratual II 2 Parte especial II 4 Police-u. Direito da Construção WS-3.FS 2 Direito Comparado 2 Direito Comercial 3 Prática extensiva, incluindo Direito Administrativo 2 Direito Internacional Privado Contencioso 4 Direito da Propriedade 2 Direito Europeu | Tarefas domésticas para exercícios importantes em direito civil 2 Sociologia jurídica 4 Direito processual civil e forçado | 3 Direito Processual Penal 2 Direito Local 1 Metodologia de execução 2 Direito Europeu II SS-4. PT 2 História do direito privado | 2 Direito de família e herança 2 Direito público internacional 2 4 Direito corporativo 3 Direito do trabalho 3 Grande exercício Tarefa para exercício principal de direito público 2 Qualificação chave 2 Direito de proteção ao consumidor 2 Seguro de responsabilidade civil estadual WS-5. FS / Direito da propriedade pública 3 Boas práticas SS-6.FS

Estudo de foco

WS - 5. / 7. Semestre

SS - 6. / 8. Semestre

2 Atividade econômica da passagem de fronteira 2 Direito comercial internacional GM 3 Direito comercial público 2 Fundamentos do direito comercial privado 2 Direito das patentes 2 Direitos autorais VM 1 2 Antitruste 2 Direito qualificado 2 Direito das marcas SP1 2 Direitos dos acionistas | 2 Direito dos Mercados de Capitais da VM 2 2 Direito das Sociedades II (Direito das Sociedades) 2 Direito Tributário das Sociedades 2 Direito Econômico 2 Direito Estrangeiro VM3 2 Colóquio 2

Colóquio 2 Coalizão, Negociação Coletiva e Direito do Trabalho. 2 Direitos de determinação sP2 2  
Direito social | 2 Direito social II 2 Direito internacional trabalhista e social 2 Procedimentos  
judiciais trabalhistas e sociais 3 Cumprimento da lei (Lei de supervisão obrigatória e Fundamentos  
da GM em matéria de insolvência) 2 Assessoria jurídica e resolução de conflitos corretivos 2 Lei de  
jurisdição voluntária 3 Direito internacional e europeu do processo civil 1 Direito alemão e  
internacional da arbitragem SP3 VM1 | 2 Direito internacional privado - Especialização 1 Direito  
internacional de insolvências 2 Especialização em direito da família e direito da herança 2  
Procedimentos de herança e família VM2 2 Direito internacional da família e direito da herança 1  
Direito da família e direito patrimonial 3 Direito das sociedades Público 3 Direito de planejamento  
SP4 3 Direito ambiental 2 Coordenação 2 Atividade econômica da passagem de fronteira (ver SP 1  
GM) 2 Direito criminal econômico AT com direito penal ambiental (ver SP 5) 1 Direito processual  
penal (fiscal) 1 Direito processual criminoso (advogado) 1 direito processual penal (ou 7. FS) 2  
direito penal comercial AT com ambiental direito penal SP5 duas crime de colarinho branco BT  
criminologia 2 2 2 ofensas psiquiatria forense 2 direito penal de menores (ou 7ª FS) 1 derecho ou  
Criminoso europeu / internacional

Examinatorium

WS - 7º semestre

SS - oitavo semestre

3 Lei de obrigações BGB / AT e AT

4 Direito Comercial e Social 1 Direito do Trabalho

2 Lei das Organizações do Estado

2 direitos fundamentais

4 direito penal

Curso Exame

Curso de primavera :

2 Direito Processual Civil

2 lei municipal

1 Propriedade pública / direito institucional

2 Direito dos Serviços Alternativos

2 Lei de Processo Penal

teste simulado

Curso de outono:

2 direitos de família / herança

2 Direito da Construção / Policía e Ordnungsrecht

teste simulado

2 Lei de Obrigações BT

3-4 coisas bem

2 obrigações legais

2 Direito europeu

4 Direito Administrativo

3 direito penal

Curso Exame

Currículo para o programa de estudos jurídicos em estudo iniciado no semestre de inverno, modificado por decisão do conselho de professores de 10.07.2007

Estudo obrigatório

Semestre | Direito básico Direito civil Direito penal Direito público 2 História jurídica 4 Direito contratual | 5 Parte geral 4 Lei das organizações estatais WS-1.FS 2 Lei de responsabilidade civil 2 Introdução ao direito administrativo da PA "e Auditoria provisória Direito civil e criminal 2 Estado geral 4 Direito contratual II 4 Parte especial 4 Princípios SS-2 PT ensinar 2 Dívida jurídica 4 Direito Administrativo Geral e Procedimentos Administrativos Tarefa de Auditoria Provisória em Direito Público, Tarefas Domésticas para Exercícios Principais em Direito Penal 2 Filosofia do Direito 2 Direito Contratual III 2 Seção Especial II 4 Lei da Polícia e Construção WS-3 FS 2 Law Comparado 2 Direito comercial 3 Exercício principal que inclui administração E 2 litígios em direito privado internacional 4 direito da propriedade 2 Direito europeu | trabalho em exercícios de larga escala em direito civil 2 sociologia jurídica 4 direito processual civil e obrigatório | 3 direito processual penal 2 direito municipal 1 metodologia de execução 2 direito europeu II sS -4 PT 2 história do direito privado direito de herança 2 Direito internacional do estado E 4 Direito corporativo 3 Direito do trabalho 3 Maior uso de tarefas domésticas para o maior exercício do direito público 2 Cação chave de qualificação 2 Direito de proteção ao consumidor 2 Seguro de responsabilidade civil WS-5 .FS Direito de propriedade pública 3 Exercício principal SS- 6. FS Estudo especializado

WS-5 / 7. Semestre

SS-- 6. / 8. Semestre

2 Atividade econômica transfronteiriça 2 Direito Comercial Internacional da GM 3 Direito Comercial Público 2 Fundamentos do Direito Comercial Privado 2 Direito das Patentes 2 Copyright VMA 2 Antitruste 2 Direito Qualificado 2 Direito das Marcas SP1 2 Direito da Responsabilidade Civil

| 2 Direito do Mercado de Capitais da VM 2 2 Direito Societário II (Direito Societário) 2 Direito Tributário Corporativo 2 Direito Econômico 2 Direito Estrangeiro VM 3 2 Colóquio 2 Colóquio 2 Coalizão, Negociação Coletiva e Direito do Trabalho. 2 Direitos de determinação SP2 2 Direito social | 2 Direito social II 2 Direito trabalhista e social internacional 2 Procedimentos judiciais trabalhistas e sociais 3 Cumprimento da lei (Lei de conformidade e princípios da lei de insolvências da GM) 2 Assessoria jurídica e conciliação do contrato supremo 2 Lei de jurisdição voluntária 3 Lei de processo civil internacional e europeu 1 Lei de Arbitragem Internacional e Alemã sp3 VM1 2 Direito Internacional Privado - Especialização 1 Direito Internacional das Insolvências 2 Especialização em Direito da Família e Sucessões 2 Procedimentos de Família e Sucessões VM2 2 Direito Internacional da Família e Sucessões 1 Direito da Família e Direito das Sucessões 3 Direito Comercial Público 3 Direito do Planejamento SP4 3 Direito Ambiental 2 Coordenação 2 Atividade Econômica Fronteiriça (cf. 2 Direito Processual Penal (Fiscal) 1 Direito Processual Penal (Advogado) 1 Direito Processual Penal ( Juiz) (ou 7. FS) 2 AT Direito Penal Empresarial com Direito Penal Ambiental SP5 2 Direito penal econômico BT 2 Infrações penais

2 Criminologia e 2 Justiça Juvenil (ou 7º FS)

2 Psiquiatria para estrangeiros 1 Europeu / Internacional

Direito penal

Examinatorium

WS - 7º semestre

SS - oitavo semestre

3 Direito das obrigações BGB / AT e AT 4 Direito comercial e das sociedades

1 lei trabalhista

2 Lei das Organizações do Estado

2 Direitos fundamentais

4 Direito Penal

Curso Exame

Curso de primavera :

2 Direito Processual Civil

2 lei municipal

1 Propriedade pública / direito institucional 2 Direito alternativo dos serviços

2 Lei de Processo Penal

teste simulado

2 Lei de Obrigações BT

3-4 coisas bem

2 obrigações legais

2 Direito europeu

4 Direito Administrativo

3 direito penal

Curso Exame

Curso de outono:

2 direitos de família / herança

2 Direito da Construção / Policía e Ordnungsrecht

teste simulado

Universidade de Konstanz

Faculdade de Direito Faculdade de Administração de Empresas

T's . (075 31) 88 - 21 de 81/2182 (225 Comentário Universidade de Konstanz , na escolaridade obrigatória e produtos pesados NT ANZ

Bolso básico |

Histórico jurídico | : Diretrizes para o histórico de atribuições (2 SWS)

Do assunto obrigatório 12, no qual o JAPrO resumiu os três assuntos individuais: "história jurídica romana, história jurídica alemã, história constitucional moderna" em 1993, apenas a terceira disciplina é oferecida aos estudantes como "história do direito". A conferência é baseada no conhecimento da escola. Discutem-se seções modernas de desenvolvimento constitucional, discute-se o desenvolvimento de elementos fundamentais de nossa ordem estadual em sua condição histórica, com ênfase no sistema federal, nos processos de mudança constitucional e no desenvolvimento de direitos. A dimensão europeia será considerada sempre que possível, mas também serão abordados os vínculos regionais e locais.

A história jurídica romana e a história jurídica alemã são ocasionalmente oferecidas para semestres superiores.

#### Ciência Política Geral (2 SWS)

A conferência aborda as questões fundamentais da natureza e o significado do estado, a justificativa da ação do estado e as diferentes formas e conexões do estado. Ele lida com os elementos legais do Estado (soberania, teoria dos triângulos, constituição), as diferentes doutrinas do propósito do Estado, usando o exemplo de modelos básicos desenvolvidos historicamente e os modelos fundamentais de legitimidade para o exercício do poder do Estado. Soberania popular, democracia e princípio da liberdade são especialmente discutidos. Alternativamente, o curso, Teoria Política \* pode ser cursado como um curso básico.

Filosofia do Direito (2 SWS) A conferência tem 4 partes principais:

Significado e classificação da filosofia jurídica como disciplina científica H. A lei como sistema de ordem social

A correção da lei.

Os detalhes da lei são discutidos como uma ordem normativa e a relação recíproca entre a lei e o estado ou o indivíduo e a comunidade. É dada atenção especial aos pressupostos epistemológicos da lei e sua dependência da imagem, cultura e lógica humanas. Além disso, os vários conteúdos da "idéia de lei", particularmente a justiça, são discutidos usando exemplos de modelos clássicos e mais recentes. Além disso, são apresentados os diferentes modelos de legitimidade. Finalmente, algumas instituições jurídicas selecionadas são discutidas em termos de seus fundamentos jurídico-filosóficos.

Metodologia (2 SWS) O tema principal do curso é a questão: Como a lei é aplicada corretamente?

O ponto de partida é o problema interdisciplinar da interpretação do texto. Após uma revisão da estrutura das normas legais e seus problemas semânticos, a escolha do método do usuário legal é apresentada como uma decisão decisiva. Em seguida, os problemas técnicos básicos da aplicação da lei (subsunção, argumentos essenciais,

Termos relacionados ao valor. Analogia, conclusão inversa, problemas de sorte. Interpretação contra legem ") A questão final é se existe uma metodologia geral ou vários métodos legais.

#### Sociologia jurídica (2 SWS)

O evento examinará as bases factuais do sistema jurídico, prática judicial e jurisprudência. Mostra a dependência de normas legais sobre a estrutura social da fé e a dependência de direitos pessoais sobre o bom comer de obrigações religiosas. A última seção discute a sociologia da aplicação legal.

#### Direito Comparado (2 SWS)

O direito comparado é um dos assuntos básicos de acordo com o parágrafo. 1 JA Pro. A conferência primeiro fornece uma visão geral das funções e objetivos do direito comparado e explica os métodos do direito comparado, que estão em constante crescimento, especialmente na interpretação de tolerâncias com base no direito privado e processual internacional e no interpretação do direito derivado europeu. Os participantes serão apresentados às jurisdições mais importantes. O foco aqui é o sistema jurídico românico, por um lado, e o sistema jurídico anglo-americano, por outro. Ergánzi se torna essa descrição geral por referências às resoluções vizinhas do círculo jurídico alemão (Áustria, Suíça), o círculo jurídico nórdico e importantes direitos religiosos, em particular a lei islâmica. Para esse fim, incluo uma análise comparativa de algumas faculdades de direito geral e contratual e não contratual, que fornecerão aos participantes exemplos práticos de prática de direito comparado e algum conhecimento básico de estruturas e soluções de direito estrangeiro nas áreas cobertas .

#### Estudo obrigatório orio

#### Direito civil

#### Direito contratual | (4 SWS)

Esta conferência central de direito civil apresenta ao aluno as regras mais importantes da teoria dos negócios privados (o princípio da autonomia privada e suas limitações, a importância dos direitos subjetivos, negócios legais e declarações de vontade, entrada em vigor e interpretação de declarações de vontade, testamentos, princípios gerais de negócios). Pelo o mesmo tempo, a

consideração e funções da reivindicação deve ser revertida pela introdução dos pilares de acordo com a reivindicação 88 (433, 812, 985). Isso também oferece uma oportunidade para identificar a importância do princípio da absolvição no sistema jurídico alemão desde o início. A conferência também aborda questões básicas de solvência, representação de representantes, transações legais, bem como os princípios básicos da reunificação.

Na segunda parte (Toda parte da Lei de Obrigações), a apresentação das regras da Seção Geral é seguida pela discussão do conteúdo das obrigações decorrentes da lei, ilustrada pelo exemplo da compra (serviços, bordados, equipamentos, etc.) obrigações alternativas; A ênfase principal nesta segunda seção também é a negação de direitos de serviço do devedor (88 320, 273, 242), conformidade com suas modalidades (hora e local da conformidade) e substitutos (especialmente remuneração). Cessão de sinistros e cessio legis (85 398 e seguintes), assunção de dívidas e participação em dívidas (85 414 e seguintes), contratos a favor da Driliter (88 328 e seguintes) e resseguro adicional de devedores e credores (88 420 e ss.). Exclui-se o direito à invalidez, que, devido à sua complexidade, é tratado apenas na "Lei dos Contratos".

#### Direito dos Contratos II (4 SWS)

O curso é baseado no conhecimento das leis legais e gerais ministradas na conferência "Direito dos Contratos". A conferência oferece uma oportunidade de apresentar uniformemente o direito de vingança pelo desempenho, que foi fundamentalmente reorganizado em 2001. Os principais problemas são de responsabilidade do devedor (85 276, 278), a responsabilidade por danos por perda de obrigações (incluindo atraso e impossibilidade, 85 280 e segs.), o direito legal de retrocessão do credor devido a incumprimento ou responsabilidade extracontratual. Desempenho (88323 e segs.), Incluindo as consequências da sucessão (55346 e segs.), A falha na contratação (8 311 II e III), a perturbação das instalações comerciais (8 313), o atraso do credor (8 8 293 e segs.), Contratos com efeito protetor a favor de terceiros e liquidação de terceiros.

Seguindo a lei geral sobre incapacidade, são apresentados os tipos legais mais importantes de contrato de BGB. A ênfase está nas leis de compras e de fábrica. Além disso, doação e aluguel são tratados (com exceção do aluguel do apartamento). É dada especial importância à garantia legal e material para o contrato de compra, aluguel e serviços e sua relação com a lei geral da deficiência.

#### Direito dos Contratos III (2 SWS)

O curso é baseado em conferências, Direito dos Contratos | \* e, Direito dos Contratos III \*. O assunto da Lei Geral de Obrigações é a maioria dos devedores e credores. Como os tipos de contratos individuais da Scholastic Special são processados com ênfase. Estes incluem ZZ.B. o

aluguel com os arranjos especiais do aluguel do terreno e o aluguel, o arrendamento, o direito do contrato de obras, bem como o gerenciamento das normas especiais de transferência, pagamento e contrato de volta, o empréstimo e a garantia.

#### Lei de Defesa do Consumidor (2 SWS)

Ele trata dos conceitos centrais do consumidor e do empresário (88 13, 14), problemas de envio de serviços não especificados, direito de termos e condições gerais, direito de revogação e devolução de contratos do consumidor, compra de bens de consumo, adiantamentos ao consumidor, ajuda financeira e contratos de parcelamento, bem como contrato de viagem, uma vez que o direito do consumidor é amplamente baseado nas diretrizes da CE, a conferência também oferece a oportunidade de chamar a atenção para a crescente importância do direito europeu para a aplicação e interpretação do direito civil nacional.

#### Lei de Responsabilidade Civil (2 SWS)

O tema da conferência é responsável por danos causados além do escopo de avisos especiais de direito civil. Portanto, o foco é 55 823-853 (ações básicas de 8 823, parágrafo 1, Lei de Proteção à Prova, S § 823 II; Danos, 8 826; responsabilidade por agentes indiretos de acordo com & 831). Além disso, os fatos mais importantes sobre a responsabilidade da Lei de Trânsito Rodoviário ( StVG ) , da Lei de Responsabilidade e da Lei de Responsabilidade do Produto devem ser explicados . Além das condições prévias de responsabilidade, os princípios gerais da lei de não violação (conceito de dano, natureza e escopo da obrigação de pagar indenização, negligência contributiva e mitigação de perdas, 84 249 ss ) também devem ser apresentados ; Embora não sejam apenas válidos para responsabilidade extracontratual, eles estão convenientemente incluídos nesta conferência.

A conferência é particularmente adequada como uma introdução à educação jurídica. Por um lado, essas são muitas vezes questões de vida vívidas e didaticamente valiosas; por outro lado, a provisão de US § 823 | especialmente para explicar a subsunção legal

Além disso, a relação entre a lei e a lei judicial na área de danos pode ser bem ilustrada (intervensões em direitos pessoais e comerciais, responsabilidade médica, responsabilidade pelo produto).

#### Obrigações legais (2 SWS)

O curso " Obrigações legais " refere-se à lei de negócios não qualificados (88 677 e segs. ) E enriquecimento sem justa causa (85 812 e seguintes), bem como fora da oitava seção do segundo livro do Código Civil, o terceiro livro (lei de propriedade) a relação proprietário-proprietário (88 987 ss.) O crime é objeto de um curso especial e não será tratado nesse contexto.

Na área de administração de negócios sem ordem, os pré-requisitos e as conseqüências legais de transações comerciais justificadas e injustificadas são discutidos sem qualquer inconveniente. Na lei do enriquecimento sem causa, a diferença entre o desempenho e não desempenho (intervenção, retrocessão e condições de uso) é esclarecida, eo acordo relativo ao enriquecimento das relações entre três ou mais pessoas são explicadas em termos de grupos de casos.

Direito de família e herança (2 SWS)

A substância obrigatória foi ainda mais restringida por US § 8 por. 2 não. 1 JAPRO na área de direito da família. Agora, ele inclui apenas a referência do direito da família ao direito de propriedade civil. "Portanto, esse também é o foco da conferência. Aqui, a partir da lei de efeitos conjugais gerais, violência-chave (8 1357), mitigação de responsabilidades (8 1359) e presunções de propriedades (US § 136 2). A obrigação legal de casar com a propriedade , em particular as restrições sobre o status legal da propriedade (88 1365 e seguintes) e a compensação do lucro (88 1371 e seguintes), também são tratadas como um privilégio do casamento e suas limitações ( 88 1408 e segs.), Bem como pedidos de indemnização de dívidas com base em cônjuges para cooperação comercial e benefícios relacionados ao casamento.

Na lei das crianças, as relações obrigatórias (8 1589), bem como a custódia dos pais e a representação legal de menores pelos pais ou responsáveis (8% 1626, 1629. 1643, 1795) são obrigatório. No entanto, a conferência oferece, além deste assunto obrigatório, uma visão geral de outras importantes instituições legais de casamento e direitos da criança. Isso se aplica, em particular, ao direito ao divórcio e ao divórcio. Pela manutenção entre cônjuges e parentes, bem como o direito de descendência matrimonial e não matrimonial. Dessa forma, os alunos recebem uma visão geral do direito de família válido e de suas reformas mais recentes, necessárias para entender as áreas relevantes dos exames. Isso também inclui as novas instituições de direito da família, como a sociedade civil registrada e a coexistência não conjugal, que estão na encruzilhada entre a família e Sc hutdownrecht .

A conferência do sol ! Por outro lado, eles cobrem o assunto obrigatório no primeiro exame do Estado Legal e na seção da lei de herança e circunscrita pelo 8 (2) No. 1 JAPRO. Os estudantes não devem apenas aprender os termos básicos da Erbrechtis e os princípios estruturais de apoio, mas

também esclarecer a crescente importância econômica e jurídica dos herdeiros . Ênfase especial em relação ao tratamento da sucessão legal aprende o Patrimônio do cônjuge e sua relação com o direito ao casamento. A seção Compêndio da Morte contém uma descrição da importância de testemunhar uma ordem social gratuita, uma visão geral dos tipos de últimas vontades, seus possíveis conteúdos e efeitos, além de questões de interpretação, incapacidade e defesa. Aceitação e rejeição de uma herança, bem como sua contestabilidade e o problema das contribuições dos vivos para a morte.

O termo "comunidade de herdeiros" abrange a noção e as consequências legais do apego nacional ao passado, bem como questões de administração e resolução de disputas. A conexão entre a lei de propriedade e a lei de herança está no centro da apresentação dos "efeitos do certificado de herança" . No entanto, a responsabilidade dos herdeiros e o direito de propriedade conjugal devem ser apresentados apenas em uma descrição geral, levando em consideração sua importância para o planejamento de sucessão estrategicamente otimizado.

#### Direito de Propriedade (4 SWS)

A conferência aborda a questão do direito imobiliário e de móveis (sem direito real sobre encargos, anuidades e arrendamentos), bem como os entendimentos legais mais importantes (para a cidadania, consulte a conferência "direito contratual III"). Você pode adquirir conhecimentos básicos de tópicos já abordados no decorrer da publicação correta | Os temas centrais da conferência são: direitos de propriedade e direitos de propriedade (85 854-872 BGB), aquisição de interesse legal e legal em bens móveis (88 929 e seguintes, 937-984 BGB), aquisição de pessoa não autorizada (88 932 Princípios básicos da garantia (88 1204 e segs.); Estrutura e função do registro de propriedades; Princípios do procedimento de registro; Aquisição de imóveis (incluindo a aquisição de pessoas não autorizadas) Hipoteca e hipoteca Retenção do título e sua forma de extensão, a cessão de garantia e segurança.

#### Princípio do direito comercial (2 SWS)

O assunto do direito comercial é o regulamento sobre o status comercial (primeiro livro do código comercial alemão 88 1 a 104 HGB) e sobre transações comerciais (quarto livro do código comercial alemão 88 343 a 457 HGB). Por um lado, são tratados: o direito do empresário e de sua empresa, bem como o direito dos auxiliares da donzela comercial. Em particular, o conceito de comerciante, a lei da empresa comercial, a publicidade do registro comercial, bem como os assistentes e assistentes independentes do comerciante, devem ser levados em consideração . Por outro lado, os regulamentos gerais sobre negócios comerciais e transações comerciais individuais são apresentados de relance. O desenvolvimento da política jurídica do direito comercial será incluído em uma parte geral do direito societário como um direito das entidades econômicas organizadas.

## G civil e Execução (4 SWS)

O Curso de Direito Processual Civil fornece uma visão geral das bases do direito constitucional do processo contencioso civil (em relação aos procedimentos de cognição e execução, bem como aos procedimentos temporários de medidas cautelares). O curso é obrigatório, sujeito a 8 8 (2) No. 6 JAPrO .

A lei do direito constitucional trata do desenvolvimento dos tribunais e do desenvolvimento dos tribunais de jurisdição civil, bem como dos fundamentos constitucionais dos tribunais fundamentais. O procedimento de um procedimento cognitivo que utiliza o exemplo do procedimento perante os tribunais regionais a partir do momento de apresentar a ação ao veredicto deve ser discutido passo a passo e os alunos sucessivamente com as instituições processuais básicas, como requisitos processuais, procedimentais e substantivos. Evidências , tipos de ação e julgamento, ensino do assunto, efeitos da lei, etc. Na medida do possível, é também feita referência à Bezige substantiva e europeia. Além disso, apelações e revisões devem ser mencionadas brevemente, bem como litígios não litigiosos, especialmente por meio de julgamentos de confiança e comparações de processos. No campo da condenação forçada, a conferência oferece uma visão geral dos órgãos e tipos de aplicação. Ele lida com as condições gerais de aplicação e com os princípios processuais. Outra abordagem enfoca os princípios da extensão do contrato para reivindicações monetárias e os recursos formais e substantivos nos procedimentos de execução obrigatórios .

## Fundamentos de direito societário e societário (4 SWS)

O objeto do direito das sociedades é o direito das associações privadas. O objetivo da conferência é esclarecer as estruturas legais dos vários tipos básicos de associações privadas.

As condições com base na associação (88 21 ss. BGB) e o direito das sociedades (88 705 et. BGB) representam. Em particular, lida com: empresas privadas, como Mercantile Society (OHG, 88 105 e seguintes HGB) e sociedades de responsabilidade limitada (KG, §§ 161 e seguintes HGB), bem como empresas de capital como Securities Market Law ( AG, AktG ) e a joint venture com responsabilidade limitada ( GmbH , GmbHG ). O desenvolvimento político-jurídico do direito societário será incluído no direito societário, típico da empresa como entidade econômica organizada pelo setor privado. Questões de formalidade legal, como casamento unipessoal. Audiência, Vorgesell Society . A empresa defeituosa, a proteção das minorias ou a proteção da capital italiana devem ser tratadas em geral.

## Direito do Trabalho (3 SWS)

Esta conferência de três frentes trata principalmente das leis trabalhistas individuais, ou seja, das relações jurídicas de empregadores e empregados com contrato de trabalho. Primeiro, são elaboradas as peculiaridades das relações de trabalho que, baseadas no fenômeno do trabalho dependente, levaram ao surgimento de um direito privado especial. Ao fazê-lo, destaca-se não apenas a função protetora da legislação trabalhista para o trabalhador. Mas ele deixou claro como as relações do direito do trabalho afetam a vida da comunidade e, portanto, têm o caráter de direito econômico. Isso já será esclarecido pela definição do conceito de empregado em outras formas estruturadas de prestação de serviços de mão-de-obra. As obrigações de dívida da relação do contrato de trabalho são apresentadas como direitos e obrigações do empregado e do empregador, os problemas legais envolvidos no estabelecimento da relação de emprego, as conseqüências da manutenção do trabalho sobre o direito à remuneração, questões de deficiência na relação de trabalho e, finalmente, toda a questão da rescisão de contratos de trabalho em relação à proteção dos direitos trabalhistas.

Como o JAPRO 2002 se concentra na legislação trabalhista individual na área do direito do trabalho, esse é o foco da conferência. No entanto, a legislação trabalhista não é compreensível sem observar suas leis de negociação coletiva. Nesse sentido, é necessário considerar a integração das relações jurídicas entre empregadores e empregados na complexa rede de estabelecimento de padrões coletivos. Em particular, as fontes legais específicas da lei do trabalho, como o acordo coletivo e o Contrato de super-oferta e seus efeitos no trabalho individual, são apresentados, portanto. Os efeitos do direito ao trabalho sobre salários, responsabilidade e rescisão do contrato de trabalho também são abordados.

Os problemas dos contratos de trabalho também surgem no comércio internacional. As transições operacionais transfronteiriças também levantam questões sobre a legislação trabalhista ancorada na Europa. Nesse contexto, atenção especial será dada à integração da legislação trabalhista com base no direito europeu e internacional, em cada caso ao lidar com instituições individuais relacionadas à legislação trabalhista.

## Princípios do Direito Internacional Privado (2 SWS)

Zie ! A conferência apresentará as bases para o tratamento de questões de direito civil, que têm conexão com um sistema jurídico austríaco. Portanto, em primeiro plano, trata-se principalmente de questões da parte antiga do direito privado interno-interno (noção e função de regras de conflito, datas de anexação, qualificação, referências anteriores e subsequentes, questões preliminares, adaptação, aplicação). da lei de câmbio, ordem publicada ). Depois disso, os problemas selecionados nas perguntas da seção especial de DPIs certificados no EGBGB são

tratados na medida em que pertencem ao Pfischistoff de acordo com US § 8 (2) no. 5 JAPRO . Isso se aplica, em particular, a pessoas genuinamente naturais (capacidade jurídica e comercial: direitos de nomenclatura), direito comercial comercial (formulário; substituição: reunificação). A lei dos contratos de obrigação, a obrigação não contratual de conduzir negócios (negócios não suportados, enriquecimento sem causa, atos ilegais) e a lei de propriedade. Ao mesmo tempo, deve-se chamar a atenção para importantes regulamentos do tratado estadual que têm prioridade sobre conflitos de leis autônomos.

Além disso, a já parcialmente aprovado, Zz.T . Regulamentos do Tratado CE sobre as obrigações contratuais e extracontratuais dos DPI, que em breve substituirão o conflito das leis nacionais nessas áreas. Finalmente, as disposições dos DPI sobre o direito processual civil internacional também devem ser estabelecidas .

#### Prática AV em direito civil (2 SWS)

O exercício para estudantes avançados oferece a oportunidade de aprofundar os problemas individuais do material da conferência de direito civil dos três primeiros semestres, usando exemplos de outono . Acima de tudo, deve-se aproveitar a oportunidade para lidar com casos com problemas transversais de complexos regulatórios individuais e questões concorrentes. O assunto dos exames e documentos de trabalho pode estar sujeito ao direito contratual das conferências, direito extra-contratual, obrigações legais, direitos de propriedade, bem como, se necessário, em coordenação com eventos paralelos do direito da família e herança ou processo direito civil ou comercial são áreas abertas.

O certificado de treinamento é emitido se cada um dos exames escritos e escritos finais tiver sido concluído com êxito em um ou dois exercícios consecutivos. A lição de casa é enviada apenas para processamento durante o intervalo do semestre.

#### Direito penal

##### Seção Geral de Direito Penal (5 SWS)

Com base nas supostas histórias de sucesso, o curso trata principalmente das doutrinas gerais do crime. A Seção Especial por crimes contra a pessoa inclui crimes de tortura e lesões corporais. Com base nesses crimes, questões de causalidade e atribuição objetiva são desenvolvidas dentro da estrutura da teoria do crime. No caso de ilegalidade, a autodefesa, a justificação do estado de emergência e o consentimento das explorações legítimas mais importantes estão no centro. A

doutrina da dívida refere-se à responsabilidade pessoal do homem; Endividamento e desculpas podem excluir a responsabilidade criminal. Questões de erro são de grande importância. Tentativa e renúncia, bem como participação (responsabilidade indireta, ligação, incitação, ajuda e instigação) são outras prioridades importantes. Perguntas sobre a tecnologia de solução de caso estão integradas. O curso termina com um exame de avaliação provisório. No final da conferência, um documento é emitido para processamento durante o período livre da conferência (= trabalho qualificado e exame no sentido de US § 3 parágrafo 2b, 8 parágrafo 3 e US § 6 Regulamento Provisório para Exames).

#### Parte Especial do Direito Penal | (4 SWS)

Primeiro, são abordadas as demais questões da Seção Geral, que ainda não são discutidas na Seção de Direito Penal Geral, a saber, os crimes de negligência e omissão, bem como a doutrina da concorrência.

Lethrinha LT também inclui crimes contra a pessoa (crimes de liberdade e insultos e invasões) ainda não analisados no contexto da Parte Geral. No centro deste curso principal, à parte especial, estão os crimes contra a propriedade, como crimes contra a propriedade (por exemplo, roubo, peculato, roubo) e contra a propriedade como um todo (por exemplo, fraude, extorsão infidelidade). Os problemas de tecnologia da solução de caso estão integrados. O curso inclui um exame provisório.

#### Direito Penal Especial Parte II (2 SWS)

O assunto deste curso são crimes contra o bem-estar geral, na medida em que o permitam. US § 8 por. 2 não. 7b JAPRO para a substância em estudo. Além disso, existem crimes documentais, incêndios criminosos e de trânsito, frenesi total, assistência não assistida, além de crimes contra o poder do Estado e a administração da justiça. O curso inclui um exame provisório.

#### Grupo depois de trabalhar em direito penal

Os grupos de trabalho servem para complementar os cursos de Direito Penal Geral e Seção Especial de Direito Penal. Em particular, o processamento e a solução de casos práticos (com amostra de teste) são realizados.

#### Prática de Direito Penal Avançado (2 SWS)

O exercício tem toda a substância do assunto do direito penal obrigatório (parte geral do direito penal e crimes da parte especial do StGB ) acc . US § 8 por. 2 não. 7 JAPRO .

O certificado de exercício é expedido se eu tiver participado com êxito de uma de minhas tarefas e exames em um ou dois exercícios não consecutivos . O trabalho doméstico será gasto apenas durante o resto do semestre.

#### Lei de Processo Penal (3 SWS)

O curso trata da disciplina obrigatória de acordo . US § 8 por. 2 não. 8 JA Pro. Posteriormente, o seguinte deve ser discutido : A base constitucional; os princípios gerais do procedimento; a partir do resumo do centro forçado ! e poderes de intervenção; Do procedimento principal, os participantes, o curso do procedimento e o direito à prova: questões de direito. O curso pode ser concluído com um exame intermediário.

#### Direito Público

#### Introdução ao direito administrativo (2 SWS)

A conferência baseia-se em que as estruturas básicas do direito administrativo Conhecimentos básicos em direito administrativo geral e lei de processo administrativo, com links para o direito administrativo especial (incluindo o direito de polícia) e ensina lei é constitucional. Ao mesmo tempo, a metodologia legal e a técnica de resolução de casos serão certificadas .

#### D ight constitucional | (4 SWS)

Todo o sistema jurídico nacional é baseado na Lei Básica. Portanto, a faculdade de direito deve começar com os princípios básicos de nossa constituição, ensinados neste curso: o princípio da democracia está incorporado em todas as disposições constitucionais que governam a formação dos mais altos órgãos estatais (regulamento). institucional da organização estadual ). A separação de poderes e o princípio do estado formam a base para a distribuição das funções de legislação, administração e jurisdição aos governos federal e estadual e às respectivas autoridades (regulamentação funcional da organização estadual). O poder estatal comprovado está sujeito ao estado de direito e ao princípio do estado de bem-estar social. O direito a uma proteção legal

efetiva resultante do princípio do estado de direito é garantido no direito constitucional pelos vários tipos de proteção legal constitucional. Com base nesses princípios básicos, a posição e as tarefas das mais altas agências federais são discutidas em detalhes, ou seja, o Bundestag (Parlamento Federal) e o Conselho Federal, o Governo Federal, o Presidente Federal e o Tribunal Constitucional Federal. . Ao mesmo tempo, a metodologia de interpretação constitucional é comunicada para orientar a solução autônoma de problemas constitucionalmente corretos.

A Alemanha é um membro da União Europeia. A lei desta Comunidade Europeia é classificada mesmo na Lei Básica. Ele define todas as áreas do direito nacional e também tem grande importância para a interpretação e aplicação da Lei Básica. . Portanto, o direito constitucional não pode ser apresentado sem levar em conta o direito europeu. Refere-se, em particular, à posição da Alemanha e na União Europeia, sua organização e seus efeitos sobre as autoridades alemãs e ao exercício de suas funções. Além disso, o direito europeu em um sentido mais amplo também deve ser mencionado brevemente. Finalmente, a integração da Alemanha na comunidade dos povos não deve ser negligenciada. . Portanto, os efeitos do direito nacional no direito nacional devem ser descritos, em particular a relação entre esses dois sistemas jurídicos, incluindo a necessidade de transformar o direito internacional em direito nacional para implementá-lo.

#### Direito Constitucional II (4 SWS)

O curso, direito constitucional II, trata dos direitos fundamentais. Usando o exemplo dos direitos fundamentais selecionados, são apresentadas as várias teorias dos direitos fundamentais e os problemas gerais dos direitos fundamentais. Isso inclui, em particular, suas funções, a questão de seus destinatários, a garantia e o escopo de seu objetivo e escopo pessoal, e os princípios que devem ser observados em suas especificações e limitações legais. Com atenção especial à jurisprudência, são tratados os direitos fundamentais da liberdade de ação (artigo 2 GG), liberdade de expressão (artigo 5 1, 1 GG), liberdade de ocupação (artigo 12 GG) e garantia de direitos de propriedade. em detalhes (Art. 14 GG) e a Lei da Igualdade (Art. 3 GG).

#### Direito administrativo geral e direito processual administrativo (4 SWS)

O tema da conferência são os conceitos básicos e as formas básicas de ação administrativa. Incluem, sobretudo, a natureza e a forma do vínculo jurídico da administração (em particular, direito público / privado, fontes de direito, princípio da lei, conceito jurídico discricionário / indeterminado, direito público subjetivo), a doutrina do ato administrativo (em particular, o conceito, a validade, a teoria do erro, as disposições subsidiárias) e a exploração de outras formas de ação (em particular, normas, contratos de direito público e vida real). O assunto do curso também é a organização administrativa. Finalmente, são comunicadas a Lei Geral de Administração de Procedimentos e os Princípios de execução administrativa. A parte relacionada

ao procedimento administrativo consiste na abertura do procedimento administrativo, os vários tipos de ação (ação de anulação, ação de anulação, ação declaratória, ação de ação geral, pedido de revisão), as partes no processo e outras condições para a adoção de uma sentença (condições de julgamento abstrato). O curso do procedimento e os princípios a serem seguidos, bem como as questões do procedimento legal preliminar e a interposição de recursos também serão discutidas .

#### Lei da polícia e Construção (4 SWS)

A lei policial é o protótipo da administração da administração, caracterizada principalmente por atos de intervenção, e, portanto, deixa claras as condições e garantias atuais do estado para tais medidas. O ponto de partida é a lei policial geral, que serve para evitar ameaças à segurança e ordem públicas. Em particular, são discutidos o termo "perigo policial", as condições prévias de intervenção policial, as formas de ação policial, o cumprimento das ordens policiais e as questões de proteção legal típicas do direito policial. É apresentada uma visão geral da organização policial . Além disso, são apresentadas perguntas selecionadas de áreas específicas da lei policial especial .

Além da legislação do setor público, a lei de construção pública, como uma lei policial especial, inclui a lei de planejamento de construção como uma questão própria. Isso tem um significado paradigmático para o planejamento urbano e seu estado de direito especial e exigências democráticas. Um deles se concentra no planejamento do uso da terra urbana. Em particular, inclui os elos formais e substantivos na preparação dos planos, o procedimento, os direitos de participação e proteção legal, bem como a realização e garantia do planejamento. O outro foco está no planejamento do planejamento e nos requisitos da lei de construção para o projeto de construção específico. Finalmente, são discutidas questões de construção ilegal e proteção de vizinhos.

#### Direito Municipal (2 SWS)

Este curso trata com a lei dos municípios, condados e associações municipais ( gestão comunitária , sindicatos , etc.). A primeira parte trata do direito comunitário. Trata-se, sobretudo, da classificação dos municípios na construção geral da administração estadual, a garantia constitucionalmente garantida dos órgãos do governo municipal. A organização e tarefas dos órgãos comunitários (conselho municipal, prefeito), os direitos de participação dos cidadãos, a assunção de tarefas municipais. A atividade econômica das comunidades, o lar e os assuntos financeiros dos municípios e, finalmente, a supervisão estadual dos municípios. Na segunda parte, são tratados municípios e associações municipais, para que o direito comunitário possa ser amplamente utilizado.

## Direito Público / Responsabilidade Pública (2 SWS)

A conferência aborda duas questões jurídicas autônomas, que são tratadas em um curso apenas por razões de importância. Eles formam as subáreas relevantes do direito administrativo geral.

O assunto da lei de propriedade pública é o status legal e o uso da propriedade pública. Se uma coisa se torna um assunto público por dedicação, os princípios legais e de direito público específicos são decisivos para sua posição legal. Isso vem com descrições especiais e formas legais para o uso dessas coisas, como o uso comum. O uso especial de coisas de uso público e o uso de estacionamento . O direito de propriedade pública tem uma importância paradigmática para a administração como intérprete. Portanto, também pode ser considerado uma introdução a esta área funcional de Verwaltung .

A Lei de Responsabilidade do Estado inclui inicialmente demandas de direito público dos cidadãos contra o Estado, na medida em que derivam de expropriação, expropriação ou sacrifício. Além desta área da lei, são contabilizadas as reclamações decorrentes de responsabilidade e responsabilidade oficiais, bem como as reclamações decorrentes da responsabilidade geral do Estado por atos ilegais de direito privado. A reivindicação de renúncia e as reivindicações de compensação de direito público também são comumente tratadas.

## Law eu ropeo | (Instituições) (2 SWS)

Após uma introdução ao desenvolvimento do direito europeu e às várias formas de cooperação europeia, serão discutidas importantes convenções do Conselho da Europa (em particular, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos ). Isto é seguido por uma descrição geral das estruturas e instituições da União Europeia e da Comunidade Europeia . A relação dos órgãos entre si é discutida, bem como suas funções e competências. O foco principal da educação é a negociação de legislação e as formas de direito comunitário e de cooperação intergovernamental no Tratado da UE (segundo e terceiro pilares). Estão incluídas perguntas sobre o alcance e o modo de ação do direito consuetudinário e do direito nacional, bem como questões de proteção legal. Além disso, são discutidas questões da biologia europeia, do sistema econômico europeu, das políticas europeias e das relações externas.

## Direito Europeu II (Li Fundamental Bertades) (2 SWS)

A conferência centra-se na liberdade de circulação de pessoas e bens do Tratado CE. Uma visão geral do conceito e dos objetivos do mercado interno e dos efeitos da legislação comunitária sobre

a legislação nacional fornece mais detalhes sobre liberdade de circulação e livre circulação, estabelecimento e circulação de mercadorias, com foco particular no escopo e os limites das liberdades. A isso se segue uma introdução a áreas políticas selecionadas (sociais, ambientais) e relações externas da CE.

Exercício de direito público para estudantes avançados (2 SWS)

O exercício serve para a comunicação aprofundada da técnica de caso de direito público e a preparação para os exames de direito público do Primeiro Exame Jurídico do Estado. O conhecimento exigido nos cursos público-acadêmicos do semestre anterior é obrigatório (direito constitucional I e II, direito administrativo geral e municipal, WS também direito da polícia e da construção, SS também inclui responsabilidade civil e direito de propriedade pública, direito processual administrativo e direito constitucional e europeu II), bem como o material já discutido nos cursos simultâneos (em direito civil e de propriedade pública do WS, direito administrativo e constitucional e direito europeu I, em direito da polícia e da construção civil da SS).

A única pessoa que pode participar do exercício é a que passou nos dois exames finais exigidos pela Lei do Ministério Público alemão, de acordo com as Regras do exame provisório. A participação bem-sucedida no exercício é um pré-requisito para a admissão no primeiro exame legal do Staatsprie.

O certificado de participação é concedido se um de cada um dos trabalhos e o exame for concluído com êxito em um ou dois anos consecutivos. A lição de casa é emitida apenas durante o período pré-feriado.

Estudos da área de enfoque

Prioridade 1: bases jurídicas da atividade econômica internacional I

Módulo básico

Direito Comercial Internacional (2 SWS)

O evento trata dos aspectos internacionais privados e processuais das áreas jurídicas cobertas pela Área Prioritária. Portanto, o foco está no direito internacional da propriedade intelectual.

(incluindo tratados estatais relevantes, por exemplo, o Acordo de Paris), direito internacional antitruste e DPI sobre concorrência desleal, incorporando, em cada caso, o direito processual internacional (jurisdição internacional, direito provisório transfronteiriço) . Também apresenta os principais instrumentos do direito internacional privado e processual para a proteção dos consumidores nas transações transfronteiriças.

Direito Comercial Público (3 SWS) Veja abaixo na área prioritária 4

Regime de atividade económica transfronteiriça no mercado único da CE (2 SWS)

Além da área de livre circulação de pessoas, este evento de dois dias se concentra na atividade económica transfronteiriça. O evento inclui o aprofundamento do direito à livre circulação de mercadorias, a livre prestação de serviços e a livre circulação de capitais e pagamentos. A ênfase está no direito derivado adotado pela CE. No campo do comércio de bens e serviços, entre outros, são discutidas a legislação comunitária sobre transportes, padrões de qualificação profissional, padrões de qualidade e segurança e o imposto sobre o volume de negócios . O direito aduaneiro em questões básicas também é o tema do evento. Além disso, o evento se concentra nas regras comuns para áreas importantes da vida económica, como leis de seguros e mercado de capitais, leis de trânsito, leis de telecomunicações e leis de energia.

Módulo de Especialização 1: Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual

Direito de Patentes e Direito de Transferência de Tecnologia (2 SWS)

O foco da conferência é o direito de patentes. Uma patente é emitida em uma invenção que é nova, com base em uma etapa inventiva e é aplicável industrialmente. Apresenta os requisitos substantivos da concessão de patentes: o conceito e a essência de uma invenção e as limitações à patenteabilidade de uma invenção técnica. A criação e abolição de uma patente é discutida, bem como o efeito da patente e sua aplicação. Os princípios básicos do direito europeu de patentes são apresentados. A lei do modelo de utilidade e a lei do inventor do funcionário são suprimidas de relance. Uma perspectiva inclui o direito à transferência de tecnologia.

Lei de Marcas Registradas (2 SWS)

O tema da conferência é a lei sobre marcas comerciais, a lei sobre marcas corporativas, o direito de indicação geográfica, a lei de propriedade e o direito de denominação. A conferência se

concentra no direito de marcas alemãs e no direito de marcas da Comunidade Europeia. Os requisitos, o conteúdo e as limitações da proteção de marcas registradas são cobertos, bem como a transferência e o licenciamento de marcas registradas. O assunto do exame preliminar também é a lei das marcas comerciais da empresa e a proteção do cargo. O sistema europeu de proteção de indicações geográficas é discutido. À primeira vista, é o sistema internacional de proteção de marcas registradas.

#### Direitos autorais e publicação (2 SWS)

O assunto da lei de direitos autorais é a proteção de criações intelectuais culturais. Ele lida com o conceito jurídico da obra, a autoria das obras, o conteúdo dos direitos autorais, como direitos autorais e de exploração, bem como os limites dos direitos autorais. Os direitos de proteção utilizados (proteção de energia) são apresentados em uma descrição geral. Os Grundziüge têm o direito de publicação (contrato de publicação e visão de autorização como contrato do filme).

#### Lei Antitruste (2 SWS)

A ordem econômica da República Federal da Alemanha é essencialmente caracterizada pela ordem competitiva, entendida como uma ordem coordenadora espontânea e policêntrica da vida econômica. Além da Lei Fundamental, o Artigo 4 do Tratado CE estabelece a ordem econômica como uma "economia de mercado aberto com livre concorrência". Para que a competição cumpra suas funções, ela exige proteção, ou seja, o direito do cartel, por um lado, e o direito à concorrência desleal, por outro.

O foco do evento está nos níveis clássicos de ações do cartel (acordos restritivos de concorrência horizontais e verticais, abusos de uma posição dominante no mercado). Além disso, o controle de fusão é apresentado.

#### Direito antitruste da UE: aspectos processuais e conformidade antitruste (2 SWS)

Os participantes terão uma visão geral do conteúdo do VO 01/2003. Com base num estudo de caso, os critérios relevantes para uma isenção são estabelecidos nos termos do artigo 81.o, n.o 3, do Tratado CE. Os participantes receberão uma visão geral dos acordos de distribuição antes da entrada em vigor do Regulamento 01/2003. Como parte da conformidade antitruste, os participantes enfrentam ferramentas antimonopólio atualizadas (conteúdo de treinamento, auditorias legais, abordagens de auditoria econômica antitruste, programas de e-learning).

## Direito à equidade e proteção dos interesses econômicos dos consumidores (2 SWS)

Se a lei antitruste diz respeito à proteção da concorrência contra a auto - anulação por concorrentes, o princípio da concorrência desleal é para proteger a concorrência de má gestão por meio de manipulação não autorizada de tempo molhado. Além dos requisitos da Convenção Europeia, o tratamento de uma cláusula geral é discutido como uma peculiaridade metodológica do direito da concorrência desleal, bem como das várias séries de casos .

A eficácia da proteção da concorrência depende menos das regras objetivas de comportamento do que da aplicação. Tanto na lei antitruste quanto na lei de concorrência desleal, o sistema de sanções e as respectivas peculiaridades processuais de execução são discutidos com urgência.

## Módulo de especialização 2: Negócios e finanças

### Governo do Capital - Direito do Governo | (2 SWS)

Enquanto o módulo básico "Direito empresarial público e privado" lida com as condições gerais nacionais e internas do comércio econômico, o módulo especial "Negócios e finanças" concentra-se em questões específicas do direito social, mercado de capitais e Tributação do talento comercial , dependendo da ordem de um formulário organizacional para o economista, a operação conjunta e, possivelmente, também a minimização do risco estelito à sua disposição. Embora esteja disponível no estudo básico de associações no foco do treinamento, a prática comercial hoje pelas empresas é dominada elischaf - XX. Na conferência " Capital Companies Law ", as duas formas mais importantes de afiliação de capital, a GmbH e a Aktigngesellschaft, são abordadas, para que os alunos primeiro lidem com o tema geral em Grande, recitem os direitos do sociedades de capital como relações de confiança comparáveis O tema deste evento é, portanto, principalmente os elementos estruturais essenciais das formas individuais da empresa, a fundação de uma sociedade de capital, o status legal de seus membros e sua constituição organizacional. e financeiro

### Direito Societário II (2 SWS)

Com base nisso, a conferência " Lei das Sociedades de Capital II" trata principalmente de questões que surgem do problema de emaranhamento de empresas nas estruturas do Grupo e discute os fundamentos da decisão de conversão e os Úbemahmerechts . O assunto da decisão do Grupo são

principalmente questões de direito societário que surgem da combinação de várias empresas em um novo nível de economia.

Todas as formas legais são possíveis. Essas questões são de grande importância prática, pois, de acordo com estimativas recentes, cerca de 80% de todas as empresas estão agora envolvidas em empresas. A agência de transformação lida com as mudanças estruturais das transportadoras de empresas econômicas por meio de fusão, divisão, transferência de ativos e mudanças na forma legal. Finalmente, o assunto da Lei de Compras é a oferta de compra de ações públicas, que estão se tornando cada vez mais comuns na prática comercial internacional, e que buscam obter o controle de uma empresa.

#### Direito do Mercado de Capitais (2 SWS)

Em estreita interação com o direito societário, o mercado de capitais é real. Ele lida com as condições funcionais e regulamentações do mercado em que os investimentos são oferecidos e trocados. O tema central da conferência "Lei do Mercado de Capitais" concentra-se na negociação organizada de valores mobiliários cotados, em particular ações e títulos, onde a entrada inicial no mercado do comprador de capital, a chamada empresa emissora, está associada à primeira com a obrigação do investidor de cumprir uma obrigação (prospecto e prospecto) A partir de então, a negociação dos valores mobiliários emitidos dessa maneira será apresentada na forma de um negócio de comissão de valores mobiliários, de modo que a crescente importância de Serviços auxiliares, como serviços de consultoria relacionados ao mercado de capitais no contexto dos contratos de gestão e custódia existentes, serão examinados com mais detalhes. Finalmente, uma terceira prioridade será a infraestrutura do mercado de capitais, que mudou drasticamente nos últimos anos, com questões de supervisão do mercado em discussão.

#### Direito tributário das sociedades (2 SWS)

A apresentação da lei tributária das empresas \* trata das condições da estrutura fiscal das empresas cujo conhecimento do entendimento das formas de organização socialmente equitativas e da forma legal de votar. Isso é essencial. Na prática jurídica, o direito tributário é, em muitas áreas, o "motor da evolução do direito corporativo". Portanto, as consequências da legislação tributária, tributação, são uma questão central para a empresa e os empresários que a apoiam na decisão de novas e reestruturações, condições financeiras e regulamentação de sucessão de geração. O foco é sobre os dois - sistema de controle de tributação dos rendimentos das empresas no imposto de renda, tributação direta de empresários em nome individual e co -empresários como os acionistas de uma empresa em conformidade com a Lei do Imposto A renda e a tributação da corporação de acordo com a legislação tributária corporativa, os impostos sobre dividendos recebidos por seu acionista são suspensos. Todas as facetas desse sistema

tributário devem ser levadas em consideração nos tipos de direito das empresas. Outros fatores também surgem na interconexão de empresas nas estruturas do Grupo, a chamada unidade fiscal. Além do imposto de renda e do imposto sobre as sociedades, os impostos adicionais são de importância secundária para a empresa: em particular, o comércio e o imposto sobre valor agregado devem ser considerados, mas consequências fiscais importantes em situações individuais também podem resultar da transferência de impostos e terra Herencia e imposto sobre doações

### Módulo Avançado 3: Relações internacionais de passageiros e econômicas

#### Colóquio sobre Jurisprudência Internacional (2 SWS)

O evento apresentará aos vários tribunais internacionais e europeus ou instituições de resolução de disputas com suas responsabilidades, procedimentos e jurisprudência. O evento será oferecido como um colóquio para a compra de qualificadores de esqui. Os alunos tiveram a oportunidade de apresentar as decisões dos tribunais internacionais em palestras ao grupo e, portanto, aprender a capacidade em uma breve conferência de apresentar os pontos essenciais de uma decisão e classificá-los em contexto. O tema do colóquio será o TJE, o RM da CE, o Tribunal Internacional de Justiça de Haia, o Tribunal Penal Internacional e os mecanismos de solução de controvérsias da OMC.

#### Princípios do direito internacional e da União Europeia sobre o direito comercial internacional (2 SWS)

O tema do evento serão as estruturas básicas do direito europeu e europeu sobre como essas áreas criam condições para o direito internacional das relações pessoais e econômicas. Cerca de 40% disso abrange o campo do direito internacional, que é novamente subdividido em direito institucional internacional, direito internacional do trabalho e direito internacional consuetudinário. É de particular importância que a lei da União Europeia estabeleça os critérios para tratados internacionais individuais que formam a base das normas internacionais de direito comercial. A representação do direito europeu não será criada na mesma extensão que a do direito internacional, uma vez que o direito europeu em muitos sub - segmentos é tratado inteiramente nesse grupo de especialistas. É feita uma distinção entre o direito individual e o instituto europeu, isto é, as liberdades fundamentais europeias e a Organização Europeia-Europeia. O foco do direito europeu se concentrará nas liberdades fundamentais e, em particular, nas liberdades fundamentais que levam a maiores problemas do direito comercial, como a liberdade de prestação de serviços, o direito de estabelecimento e a livre circulação de capitais.

A última parte do evento é formada pelo direito econômico internacional. Em detalhes, serão discutidas as áreas da Lei de Aplicação da Lei, bem como os acordos de direito comercial mais importantes, e a estrutura do relacionamento regulatório entre o direito comercial nacional, europeu e internacional deve ser considerada.

#### Direito estrangeiro / residência e estabelecimento de estrangeiros (2 SWS)

O evento discutirá as regras legais de entrada e residência de estrangeiros de países terceiros. Na primeira parte, as regras de entrada e residência são abordadas à luz dos requisitos de visto da lei estrangeira geral e da legislação da Comunidade Europeia (Acordo de Schengen e Regulamento de Vistos). Numa segunda parte, são discutidas as normas materiais que regem a concessão de vários tipos de direitos de residência para fins de emprego remunerado, estudo e estabelecimento. Inclui também as disposições da legislação da Comunidade Europeia sobre a admissão de nacionais de países terceiros, o direito de residência e os direitos dos refugiados. Outra parte do evento será dedicada aos direitos sociais dos estrangeiros, incluindo, em particular, o direito ao trabalho e a igualdade de tratamento dos direitos sociais.

Por fim, as medidas que suspendem a residência são discutidas de acordo com as disposições da Lei dos Estrangeiros e da legislação da Comunidade Europeia sobre expulsão, deportação e não extensão de autorizações de residência. Embora o evento seja atualmente governado pela lei estrangeira aplicável, as questões legais relacionadas ao desenvolvimento futuro da lei estrangeira devem ser tratadas por propostas legislativas nacionais, por um lado (Lei de Imigração) e por legislação no nível da Comunidade Europeia (Mafifnahmen (nome de...)) nos termos do art.

#### Prioridade 2: Direito trabalhista e social

#### Limite operacional - e direito à participação nos negócios (2 SWS)

Neste caso, são apresentadas as funções da constituição e as instituições constitucionais. A posição da constituição dos trabalhos entre a legislação trabalhista e o direito de organização é desenvolvida em um esquema básico. Mostra como uma representação de interesses no nível da empresa está relacionada a sindicatos e representações interprofissionais no contexto de liberdade de associação fundamentalmente garantida. Por outro lado, é explicado como os institutos de direito constitucional influenciam a situação individual do emprego. Na apresentação concreta da lei de propriedade industrial, é apresentada uma visão geral da estrutura e estrutura da representação dos empregados na empresa, a empresa e o grupo e os direitos de determinação individuais do comitê da empresa. De acordo com a estrutura da Lei de Constituição de Obras, os direitos de participação do pessoal em questões pessoais, sociais e econômicas são

analisados em detalhes . A forma constitucional de participação em questões econômicas levará à determinação da empresa de acordo com as leis de determinação . A combinação das regras organizacionais da empresa com a lei de conversão corporativa e, em particular, sempre é levada em consideração .

#### Coalizão, negociação coletiva e direito do trabalho (2 SWS)

Na primeira parte deste curso, são apresentadas as garantias constitucionais da liberdade de associação e seus aspectos individuais e coletivos do direito , incluindo a chamada liberdade de associação negativa e positiva e a conexão com a autonomia da negociação coletiva . As explicações sobre os problemas legais do acordo coletivo são baseadas nisso na segunda parte da conferência. Primeiro , há questões de poder de negociação coletiva e negociação coletiva, bem como os efeitos da política tarifária nos processos macroeconômicos. O efeito legal do acordo coletivo, seu conteúdo permitido e o relacionamento legalmente ordenado entre as coalizões formam outro tema da conferência. A terceira parte da conferência trata do direito do trabalho. Os limites de admissibilidade das disputas trabalhistas, suas conseqüências legais e a conexão entre a legislação trabalhista e um sistema econômico liberal são identificados . Ênfase especial é dada à apresentação e crítica das formas modernas de ação industrial. O contexto econômico e social da coalizão, a negociação coletiva e o código do local de trabalho são sempre incluídos ao longo do curso.

#### Direito Internacional do Trabalho e Social (2 SWS)

Na primeira parte do curso, primeiro , são explicados os aspectos do conflito de leis e as implicações legais das condições de trabalho além-fronteiras. Isto é seguido na segunda parte da conferência pelos fundamentos do direito trabalhista europeu. O ponto de partida do debate é o tratamento das liberdades fundamentais do Tratado CE, em particular a liberdade de prestação de serviços e a livre circulação de trabalhadores e a proibição fundamental de discriminação no trabalho, em particular o sexo. Outra seção importante são os Critérios Fundamentais da CE para os Direitos Fundamentais e os instrumentos legislativos da CE em relação ao direito do trabalho. Nesse contexto, a terceira parte do curso discutirá medidas legislativas específicas da CE. Na área do direito do trabalho individual, são discutidas, em particular, as Diretrizes de Transição Operacional, as inúmeras Diretrizes de Igualdade de Tratamento, a Diretiva e outros atos legislativos relacionados à proteção da situação do emprego e seus efeitos no direito individual do trabalho. No domínio do direito coletivo do trabalho, a diretiva relativa aos conselhos de empresa europeus é particularmente importante. Outra área temática do curso é a lei europeia de segurança e saúde ocupacional, que sobrepôs amplamente o sistema alemão de segurança e saúde ocupacional. No campo do direito social, o direito da União Europeia trata dos regulamentos legais da CE que se aplicam entre os estados membros e se referem ao direito social dos estados membros. Aqui é feita uma distinção entre a chamada lei social de coordenação e a

chamada lei social de harmonização. O direito social internacional lida com a parte do direito social nacional que regula a questão de sua validade em relação a outros sistemas jurídicos (sociais) nos assuntos internacionais.

#### Procedimento do Tribunal Trabalhista e Social (2 SWS) a. Direito do trabalho

O assunto desses cursos são as peculiaridades do processo judicial do trabalho. O curso começa com a conferência de Direito Processual Civil. Ele discute as peculiaridades do processo contencioso civil, refletido em particular nas disposições legais da Lei do Tribunal do Trabalho, mas também em outros fundamentos legais, como a Ordem Europeia de Jurisdição e Execução. Primeiro, é discutido o procedimento de tomada de decisão do tribunal do trabalho, incluindo as peculiaridades dos processos de proteção de cancelamento. Além disso, é descrito o procedimento de tomada de decisão processual aplicável a disputas trabalhistas. Outro foco da conferência é sobre questões processuais relacionadas a contratos de trabalho transfronteiriços (jurisdição, acordos de jurisdição). As linhas de conexão com o direito do trabalho são estabelecidas individual e coletivamente.

#### Processos judiciais sociais

Com base nas conferências básicas de direito processual civil e administrativo, este curso abordará as peculiaridades dos procedimentos dos tribunais sociais. Além da revisão judicial, as questões centrais são as formas de apelação, os princípios gerais do procedimento, o procedimento administrativo anterior e os procedimentos em primeira instância, bem como a proteção legal preliminar.

#### Fundamentos de direito social (direito social I) (2 SWS)

Este curso apresenta primeiro os princípios do direito social (conceito, fontes legais, requisitos constitucionais) e a integração deste campo do direito como parte da ordem jurídica geral (em particular no que diz respeito ao direito público, direito do trabalho e responsabilidade civil e direito da família). Nesta base, são abordados os princípios básicos das diversas áreas do direito social, a saber: direito previdenciário, direito compensatório social, direito assistencial e direito assistencial.

#### Aprofundamento do direito social (direito social II) (2 SWS)

O evento de especialização em direito social enfoca, em particular, questões-chave nos vários ramos da previdência social. No que diz respeito ao seguro de pensão legal, isso inclui sua gama de benefícios, a base para o cálculo dos benefícios e seu financiamento. O seguro de saúde legal concentra-se no evento segurado e nos benefícios, nas características básicas da lei de benefícios e na organização do sistema de seguro de saúde. Em relação ao seguro de saúde legal, é tratado um seguro social comparável estruturado de assistência de longo prazo. No que se refere ao seguro de acidentes legais, trata-se principalmente de suas peculiaridades em relação aos demais ramos do seguro social, bem como de cobertura de acidentes e doenças ocupacionais. O seguro-desemprego finalmente inclui o direito de promover o trabalho e as tarefas associadas da Agência Federal. Para o trabalho, os benefícios do subsídio de desemprego e do subsídio de desemprego estão em primeiro plano. Aqui, como nos demais ramos da previdência social, a grande importância une os respectivos em vínculos com a legislação trabalhista.

Prioridade 3: Concepção jurídica, aconselhamento jurídico e aplicação da lei |

Módulo básico

Assessoria jurídica e procedimentos para conflitos de leis (2 SWS)

O curso fornece uma visão geral das atividades de aconselhamento para advogados; advogados e notários em particular, e introduz as possibilidades de resolução extrajudicial de conflitos. Os temas do projeto são o planejamento jurídico dos projetos, a exploração das áreas legais de ação e a prevenção de conflitos legais e sociais. Outra abordagem é o controle legal dos regulamentos existentes, em particular o controle de conteúdo das condições comerciais gerais.

O assunto do curso é também a representação legal e legal dos interesses do advogado, bem como as possibilidades de mediação e negociação com os advogados.

Jurisdição voluntária (2 SWS)

Este curso abordará primeiro os princípios gerais e específicos do procedimento FGG, bem como os remédios. O tema da conferência é, além disso, o procedimento na lei de supervisão e tutela, e o procedimento de registro de propriedade também é discutido.

Lei de encerramento e insolvência (3 SWS)

O curso é baseado no conhecimento básico da lei de execução conferida na Lei de Processo Civil. Além das disposições gerais sobre o procedimento de execução, são discutidas em detalhes as opções individuais para estender a custódia de uma ação pecuniária (88 803-882a ZPO), bem como a extensão da cobrança, a execução de uma ação ou omissão. Uma segunda parte do curso é dedicada à lei da insolvência: o foco principal é a posição e os direitos das partes (comunidade, insolvência, administrador da insolvência, grupos de credores), em particular o tratamento de credores e titulares de interesses com Os links necessários. Às partes Em particular, o plano de insolvência, plano de insolvência, opções de reorganização, quitação de dívida residual e, em resumo, procedimentos de insolvência do consumidor, indicações de efeitos transfronteiriços e problemas de Os processos de insolvência não devem ser ignorados, tendo em vista sua importância recente na economia.

#### Módulo de especialização 1: Aplicação do direito internacional

##### Direito Processual Civil Internacional e Europeu (3 SWS)

A conferência aborda todos os principais instrumentos do direito processual civil internacional para a aplicação do direito internacional e esclarece a relação entre tratados internacionais, direito comunitário secundário e direito nacional neste campo. O direito processual internacional é excluído nas áreas de direito da família e direito de herança, abordado no módulo de especialização 2. O foco está em questões de responsabilidade internacional e no reconhecimento e execução de sentenças em questões civis e comerciais. Trata, em particular, das principais competências gerais, específicas e exclusivas e questões de jurisdição internacional ao abrigo do Regulamento de Bruxelas. No domínio do reconhecimento e execução de decisões estrangeiras, está a ser desenvolvida a facilitação do pedido, em conformidade com a Convenção de Bruxelas e o regulamento que estabelece uma ordem de execução europeia para pedidos não contestados contra o conceito tradicional de §§ 722, 723 ZPO. Chama-se atenção também para melhorias na aplicação do direito europeu por meio dos novos regulamentos da CE sobre a ordem de pagamento europeia e o procedimento europeu para ações menores. Um foco principal está em questões de assistência jurídica internacional. O documento concentra-se em melhorias no serviço internacional e na obtenção de provas no exterior pelos Regulamentos da CE Nº 1348/2000 e 1206/2001 contra os Procedimentos Civis de Haia de 15/11/1965 e 18/03/1970. As questões do direito internacional de arbitragem e do direito internacional de insolvências, reservadas para eventos independentes, não são levadas em consideração.

##### Direito Internacional Privado - Especialização (2 SWS)

O curso é baseado na conferência Fundamentos de DPI \* e aborda as áreas problemáticas da seção especial de DPI que só podem ser amaldiçoadas na conferência básica ou não. No entanto, o direito internacional da família e herança permanece excluído. Isso constitui o assunto de uma conferência separada no módulo avançado 2. Em primeiro plano, está o direito internacional sobre perdão de dívidas. Aqui, além das perguntas gerais sobre a escolha da lei e a conexão objetiva dos tipos mais importantes de contratos, são discutidas as características especiais da lei de contratos do consumidor, regras processuais e alocação de reclamações. Também é feita referência às alterações esperadas como resultado do futuro decreto-lei de Roma I. Outra área de foco é a lei das obrigações contratuais, que também é apresentada com referência ao Regulamento Roma II, que está agora em sua versão final. Finalmente, também são abordadas questões de direito internacional, direito social e direito comercial, que são de maior importância na prática da aplicação do direito internacional.

## Módulo de Especialização 2 : Direito de Família e Herança

### Direito da Família e do Patrimônio - Especialização (2 SWS)

O curso abrange todo o direito da família, uma vez que só ocorre na área obrigatória (referente ao direito da propriedade civil). Ele lida com os institutos de direito da família em sua forma legal para a coexistência da "vida divertida" (de cônjuges, parceiros não conjugais , pais e filhos), bem como os institutos de tutela, assistência e tutela regidos pelo direito da família. Em seguida, lida com os requisitos legais para "crise" e falha na coexistência. Ambas as áreas destacam as áreas nas quais o "design de franquias pré-fabricada" é permitido. Da mesma forma, são mostradas as normas sociais e fiscais da vida familiar. Como resultado do curso, os alunos devem ter uma idéia dos campos cobertos pelo direito da família e sua forma legal no status social do direito.

A parte de herança do curso pressupõe o conhecimento das pessoas coletivas pertencentes à disciplina obrigatória correspondente. Com base nisso, as isenções por morte, herança e direito a uma parte obrigatória são analisadas posteriormente . Reivindicação de herança, execução de herança, a herança renúncia e compra de herança são adicionados. Discuta as possibilidades de legalização unilateral e multilateral antes e depois da herança, incluindo o direito tributário.

### F procedimentos AMÍLIA e sequência (2 SWS)

O curso abrange os procedimentos de família e herança. Assuntos familiares do FGG (procedimentos de custódia, procedimentos relacionados a acordos de assistência à criança, procedimentos e regulamentos relacionados a crianças com respeito às regras que regem o direito de acomodar lares matrimoniais e efeitos domésticos) e procedimentos favoráveis para família de

acordo com o sexto livro do Código de Processo Civil (88 6068-661 ZPO): Regras gerais, processos de divórcio e casos subsequentes, disputas b. Manutenção de cônjuges e parentes, assuntos relacionados à criança, como determinar a efetividade ou efetividade do reconhecimento de

Paternidade, paternidade desafiadora. Em particular, a combinação de questões de divórcio e acompanhamento é discutida em detalhes. A segunda parte do evento é dedicada ao procedimento de questões de herança. Aqui, o procedimento de compartilhamento de herança (certificado de herança, pré-requisitos para concessão e várias decisões) é discutido em mais detalhes. A compilação do certificado de herança e uma descrição geral da ordem da administração do patrimônio e dos procedimentos de insolvência do patrimônio

#### Direito Internacional das Famílias e Heranças (2 SWS)

A conferência apresenta aos participantes os problemas da família e a herança com o contato com o estrangeiro, que não são obrigatórios na DPI e, portanto, não são tratados na conferência "Escopo da DPI \*". A primeira parte da conferência trata do direito internacional da família, baseado no art. 13-24 EGBGB O foco aqui é sobre a lei do casamento (casamento conjugal, efeitos conjugais, direitos conjugais, divórcio), o direito a pensão alimentícia, o direito a filhos (filhos, responsabilidade parental, adoção) e o direito das empresas . Também inclui importantes tratados internacionais de direito da família, como os Acordos de Manutenção do Estado de Haia, a Convenção das Minorias de Haia, a Convenção sobre o Rapto de Haia e o Acordo Europeu de Custódia .

A segunda parte da conferência é dedicada ao direito internacional sobre herança. Com base nos artigos 25 e 26 do EGBGB e nos Tratados Estaduais Complementares, em particular a Convenção de Haia, são descritos os problemas centrais da desvalorização da sucessão internacional (em particular qualificação, expedição, divisão de ativos). , a prioridade do estatuto individual).

O curso não se limita estritamente a conflitos de leis, mas também estabelece constantemente a relação com o direito processual internacional. Portanto, no contexto do divórcio internacional e da lei do divórcio, as questões de jurisdição internacional e o reconhecimento e extensão de decisões sobre casamento, custódia e custódia são abordados, em particular, com base em regulamentos. comunidade relevante. Conseqüentemente, as questões de jurisdição internacional dos tribunais alemães de herança e a concessão de direitos de herança no exterior aprofundam o direito internacional de herança.

#### Desenho jurídico em direito da família e herança (1 SWS)

O design jurídico desempenhou um papel menor no ensino universitário até agora. Em vista de sua grande importância na prática do advogado e notário, os participantes deste evento serão apresentados aos métodos específicos de elaboração da lei. Portanto, o objetivo é menos transmitir conhecimento material adicional, mas a implementação do conhecimento adquirido nos cursos de família e herança em propostas de design apropriadas. Isso é esclarecido na área do direito da família por meio de contratos de casamento, acordos de divórcio e acordos de associação para comunidades não- conjugais. Nesse contexto, em particular, são esclarecidas as barreiras à autonomia privada desenvolvidas pela jurisprudência nessa área. Na área de direito de herança, o principal objetivo do curso é o conteúdo das publicações sobre morte (herança, constituição de vontades, circulação, divisão, vontades, sucessão e sucessão, particularidades de vontades conjuntas e contratos de herança). Opções especiais de design também são incluídas por meio de isenções de herança e responsabilidade, cláusulas sucessivas em contratos sociais e benefícios em caso de morte.

#### Prioridade 4: Direito e Planejamento Ambiental e Direito das Empresas Públicas

Direito ambiental (3 SWS) O assunto da conferência de direito ambiental é a lei geral e a lei ambiental especial:

- Nos termos da lei ambiental geral, descreve seus princípios de construção de sistemas, examina seus fundamentos constitucionais e constitucionais e se refere aos princípios fundamentais que se aplicam (como o princípio da precaução, o poluidor paga e coopera, o imperativo de sustentabilidade) e implementação regulamentos central (Eval ua Impacto Ambiental Eco -audit oria , Informação Ambiental, Proteção Ambiental Integrada) também estão sujeitas a vários instrumentos formais e informais, em particular do imposto, para controle direto ou indireto comportamentos ambientalmente relevantes, incluindo o direito ambiental privado (Lei de Vizinhança, Lei de Responsabilidade).
- A lei ambiental especial é tratada de maneira exemplar através de áreas jurídicas centrais. Portanto, a lei de proteção contra imissões refere-se à proteção contra a poluição do ar e o ruído no caso de licenças e outros pedidos, especialmente em rotas de tráfego. Na vanguarda da lei da água estão as precauções normativas para a proteção dos recursos hídricos e o design dos padrões de uso da água. A lei de reciclagem e resíduos é determinada pelo problema do conceito de resíduos na área de conflito entre prevenção, valorização e descarte. A natureza transversal da lei ambiental refere-se à questão da lei de proteção do solo, que serve para salvaguardar e restaurar as funções do solo e possui áreas de contato próximas, em especial com a lei da água (contaminação de poluentes), legislação sobre resíduos (gestão de resíduos) e conservação da natureza. Direito (conservação da paisagem, uso de terras agrícolas). Os temas centrais da lei de

conservação da natureza incluem regulamentos sobre intervenções na natureza e paisagem, planejamento da paisagem, proteção e organização de espécies. Além disso, é concebível incluir outras áreas, como a lei nuclear ou a lei de engenharia genética. As conexões cruzadas com a lei de planejamento são levadas em consideração .

### Lei de Planejamento (3 SWS)

A conferência Lei de Planejamento ensina a lei de planejamento geral, bem como a lei de planejamento de assuntos. Apresentam-se o planejamento geral local geral e superior e a interação desses planos espacialmente eficazes, suas estruturas gerais e suas ferramentas de planejamento. Para isso, serão repetidos e aprofundados os principais conhecimentos adquiridos na conferência obrigatória "Lei da Construção Pública" sobre o planejamento do uso da terra e o planejamento do uso da terra dos municípios, bem como a proteção legal nessas áreas. Em seguida, será elaborada a lei sobre planejamento espacial supra- regional , ou seja , a lei de planejamento regional, planejamento estadual, planejamento territorial federal e planejamento territorial na UE, juntamente com as questões relevantes de proteção legal.

A lei de planejamento especializado é apresentada com base no planejamento especializado selecionado que consome muito espaço. em particular no que se refere ao planejamento de punições, planejamento de gerenciamento de resíduos e planejamento de aeronavegabilidade (planejamento de aeroportos e rotas de vôo). Será feita uma descrição geral de outros planos especializados, como: Estes incluem, por exemplo, planejamento ferroviário, planejamento de vias navegáveis, planejamento para a promoção do desenvolvimento pessoal, tratamento de águas residuais e planejamento de gestão de resíduos, de acordo com a Lei de Recursos Hídricos . Também a esse respeito, são mostradas estruturas gerais, instrumentos de planejamento (incluindo aprovação do planejamento) e proteção judicial, bem como a interação do planejamento técnico com o planejamento espacial geral.

### De Recho comercial público (3 SWS)

A conferência de Direito Comercial Público ensina primeiro os princípios constitucionais, europeus e administrativos do direito comercial público. Entre outras coisas, a liberdade de ocupação e propriedade pertence ao tribunal constitucional.

Da lei fundamental. No direito europeu, a conferência é baseada no conhecimento obtido nas conferências European Law | + II e aprofunda. É complementado pela conferência sobre atividade econômica transfronteiriça no mercado interno da CE. Entre os princípios básicos do direito administrativo estão as tarefas da administração econômica nacional e europeia (por exemplo,

defesa contra a violência, desenvolvimento econômico, supervisão antitruste, governança econômica), sua organização (autoridades europeias, administração estatal e governo autônomo), instrumentos de ação (disposições e proibições, impostos e subsídios, ação administrativa cooperativa, compras públicas, operação econômica do estado, especialmente municípios) e questões legais de privatização e regulamentação , incluindo proteção legal

Nesta base, áreas selecionadas do Direito Econômico Especial são desenvolvidas. Isso inclui a lei comercial geral e especial (por exemplo, a lei de artesanato e restaurantes), bem como a lei sobre a prestação de serviços relacionados à infraestrutura e sua regulamentação (telecomunicações, transporte, suprimento). Problemas relacionados com a legislação ambiental e planejamento descrito (lei de proteção imissões, pl anificación infra-estrutura)

A coordenação do meio ambiente, planejamento e direito comercial público (2 SWS)

Em pequenos grupos, as três áreas centrais da área de enfoque são enfatizadas por meio de casos selecionados de prática e complementadas por intuição prática. Os casos são selecionados de maneira que possam ser mostradas conexões cruzadas e relações mútuas entre áreas jurídicas.

Prioridade 5: Direito e prática da justiça criminal nas relações europeias e internacionais.

Lei de Processo Penal (3 SWS)

O tema do curso são especialmente os três primeiros livros do Código de Processo Penal. As principais questões são a ação privada e subsidiária no quinto livro e o processo criminal no sexto livro. Um dos principais objetivos do curso é apresentar o direito processual penal principalmente da perspectiva de promotores, advogados de defesa e juízes criminais. Nesse sentido, é possível uma distribuição do curso.

Direito europeu e internacional do processo penal e penal (1 SWS)

O primeiro curso oferece uma visão geral do chamado direito penal internacional ( aplicação do direito penal ) , ou seja , o escopo do direito penal alemão (88 3 e segs., StGB ). O objetivo do curso é também indicar as áreas em que já existe um direito penal criminal e processual europeu independente ou que a legislação européia pelo menos influencia o direito penal nacional e penal processual. Ele trata do direito penal da UE e da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Por

último, mas não menos importante , uma descrição geral do direito penal com suas características processuais também pertence ao conteúdo do curso.

#### Direito Penal Econômico e Ambiental (4 SWS)

O curso seleciona duas áreas especiais praticamente importantes, onde a influência européia desempenha um papel especial. A questão refere-se a regulamentos que prevêem multas ou multas por conduta que afeta toda a economia ou qualquer de seus ramos ou instituições funcionalmente importantes ou o meio ambiente como um todo ou é ecologicamente protegido.

#### Seção Geral de Direito Penal Empresarial (1 SWS)

Esta conferência aborda questões dogmáticas básicas, como formação, inclusão e determinação de fatos. Além disso, os problemas de atribuição desempenham um papel central em relação à prática de crimes na economia do trabalho, em particular a posição de garante dos agricultores, a responsabilidade do representante da lei criminal de acordo com o StGB, o tesouro das tarefas. supervisão nas empresas (5 130 OWIG) e o problema das sanções penais contra a própria empresa (8 30 OWIG).

#### Parte especial do direito comercial (2 SWS)

Aqui está um resumo das normas criminais e burguesas, que servem para proteger a economia financeira do estado, a proteção das ciências econômicas , a proteção da economia empresarial e a proteção do público em geral e do consumidor, tratadas em profundidade! Além das ofensas clássicas que também são aplicáveis ao crime cibernético (88 263 266 do Código Penal, por exemplo, fraudes envolvendo anunciantes, infidelidade à GmbH ), as do StGB são aquelas do Código Penal, particularmente as do Código Penal. A primeira e a segunda leis contra crimes econômicos do StGB foram ajustadas (por exemplo, 88 202a, 263a, 264, 264a, 265b, 266a, 266b, 269, 283 e segs. Do Código Penal) . Um foco importante também está no direito da concorrência, incluindo crimes de corrupção.

#### Direito Penal Ambiental (1 SWS)

Esta conferência é sobre a proteção da água, solo, gado, animais e plantas. Na seção geral, os conflitos de direito penal comercial se sobrepõem, mas há áreas problemáticas especiais, como

responsabilidade estrita e aceitação administrativa . Na seção especial, crimes ambientais, em particular 88 324 ss. SIGB, eles serão discutidos em detalhes.

#### Justiça juvenil (1 SWS)

A justiça juvenil é uma lei penal secundária para infratores juvenis entre 14 e 21 anos de idade no momento do crime. Contém a soma das disposições que regulam a reação do direito penal a crimes e ofensas, tendo em vista as peculiaridades da disfunção desenvolvimental desses jovens, que se desviam das regras gerais. As razões para a imposição do direito penal juvenil e as características especiais da delinquência juvenil estão sendo elaboradas. Em respeito legais questões relacionadas com a idade e se dirigiu a maturidade, e as peculiaridades de justiça juvenil são descritos em relação às regras gerais. O foco aqui é a compilação das consequências legais da juventude, incluindo as relevantes nas fundações empírico-criminais, bem como a delinquência juvenil formal, em particular os regulamentos especiais derivados da precedência do conceito educacional para o processo criminal juvenil . . Finalmente, a legislação sobre bem-estar de crianças e jovens, bem como o desenvolvimento e o status da reforma da justiça juvenil, são abordados na prática por meio da prática atual e das considerações da lege ferenda.

#### Criminologia (2 SWS)

O curso tem como objetivo apresentar os conceitos básicos, métodos e principais problemas da criminologia. Do ponto de vista empírico, são considerados o papel, a tarefa e a importância do direito penal e da justiça criminal. Consequentemente, será discutida uma visão geral do desenvolvimento, auto-entendimento, tarefas e métodos da criminologia . Teorias criminológicas, estado e desenvolvimento do crime no campo claro e escuro, teoria e prática do controle do crime. Investigação de previsões, penalidades e efeitos, bem como vitimologia. Exemplos selecionados, como delinquência juvenil, estrangeiros

Crimes, crimes cibernéticos , a contribuição da pesquisa criminológica para uma política legal racional devem ser esclarecidos .

#### Punição processual, extensão e correção militar (2 SWS)

O curso lida uma vez com as consequências legais do crime (sanções penais). O foco está no desenvolvimento dos objetivos e sanções do Direito Penal Geral e das regras gerais de sentença. Isso inclui os dias criminológicos fundamentais (dívidas, previsões, multas e investigação de eficiência) que são indispensáveis para uma lei criminal equivocada.

Além disso, perguntas sobre a aplicabilidade das sanções em 88 449 e seguintes. StPQ são discutidos.

Além disso, a lei e a realidade do processo criminal devem ser apresentadas no passado e no presente. Primeiro, a dependência do escopo da privação de liberdade é explicada pelos princípios constitucionais e sociais do estado da Constituição. Isto é seguido pela apresentação da organização e da prática da prisão de hoje. Também será dada atenção especial ao papel do pessoal que trabalha em questões criminais e outras pessoas e instituições que lidam com criminosos. O curso também trata de maneiras especiais de impor liberdade, como regulamentação, delinquência juvenil e enfraquecimento de seus princípios básicos.

#### Psiquiatria Forense (2 SWS)

No curso, são apresentados cuidados psiquiátricos ambulatoriais, complementares e hospitalares e doenças psiquiátricas clínicas são ensinadas. Para esse fim, os pacientes que descrevem seus problemas sociais e de doenças serão apresentados em discussão com o apresentador. As implicações legais, isto é para dizer, doenças civis e criminais e transtornos psiquiátricos são resolvidos em conjunto para que os parágrafos pertinentes do direito civil, o Housing Act e com o Código Penal explicar e explicar em sua aplicabilidade potencial.

#### Exame

#### Parte geral e parte do direito de fotografar (3 SWS)

O curso prepara você para o Primeiro Exame Jurídico do Estado e repete ou exacerba os problemas da seção Geral do Código Civil e da Lei de Relações Culpadas, Parte Geral. O assunto do curso é, em particular, a conclusão de acordos, incluindo o tratamento de deficiências de vontade, requisitos formais, incapacidade, negócios e substituição e a lei das Condições Gerais de Negócios. A lei da dívida, em geral, lida principalmente com a sucessão da dívida, os efeitos de terceiros nas obrigações contratuais (contratos de terceiros, contratos de terceiros, liquidação de terceiros) e o direito à inadimplência (atraso, impossibilidade, violação positiva do contrato, falha na contratação, eliminação da base do negócio). O objetivo do curso não é apenas reiterar e aprofundar brevemente as divisões de problemas individuais nas áreas mencionadas, mas, em particular, estabelecer a conexão entre as áreas jurídicas individuais com base em casos selecionados e praticar a solução de casos de cláusula normal. Portanto, a participação no curso é

baseada, em particular, em um sólido conhecimento básico das conferências. Direito dos Contratos | e eu a frente.

#### Lei de Obrigações com Peças Especiais I | (Dívida contratual) (2 SWS)

Para a concepção básica do curso exame deste curso aplica-se a Parte Código Civil / Lei Geral das Obrigações do partido Geral " Ausgefihrie conformidade. Em termos de conteúdo, o curso é baseado principalmente em áreas temáticas os cursos básicos, a lei contratual de 1 ° e a lei contratual III \*, e enfatiza as seguintes áreas (preferencialmente com base em casos selecionados): garantia de compra, arrendamento e contrato de trabalho, incluindo a Lei de demarcação de interrupção do desempenho e características especiais da compra comercial (88 373 ff HGB); Contratos de arrendamento, garantias e, quando aplicável, problemas selecionados decorrentes de outros tipos de contratos (contrato de corretagem, contrato, contrato de trabalho); casos típicos de defesa do consumidor.

#### BT II Lei de Obrigações (Obrigações Legais) (2 SWS)

O tema deste curso transações comerciais inacabadas, sem comissão, a lei do enriquecimento, o ktsrecht relacionamento e proprietário-proprietário. Deveria concentrar-se nas decisões de competência das áreas obrigatórias e, em particular na área da lei fundiária, também no equilíbrio de situações de várias pessoas (conceito de desempenho, aspectos de valor material , grupos de casos). típico).

#### Direito de Propriedade | (Direito dos Móveis) (2 SWS)

Esta seção discute as áreas problemáticas do campo do direito do mobiliário. Ênfase especial é dada às várias formas de segurança (reserva de domínio com relação às formas de extinção, segurança e alocação de segurança ).

## Direito da Propriedade II (Direito Imobiliário) (2 SWS)

Aqui, os Exames são parte importante da lei imobiliária . O foco está em questões de direito material e formal do registro de propriedades, bem como na lei sobre hipotecas e ônus sobre a propriedade.

## Direito Processual Civil (bloco de eventos, 2 SWS)

As ofertas de curso examinam questões relevantes para os problemas de processos cognitivos entre civis e processuais, geralmente o arresto e de injunção, e exige conhecimento básico ensinado no curso "Processo Civil Act". Estes devem ser repetidos e aprofundados. Além disso, aqui é necessário entrar nos negócios europeus do processo civil. Em particular, normas internacionais sobre autonomia de acordo com a legislação alemã autônoma e, em particular, o EuGVVO e a Convenção de Lugano. Perguntas sobre o direito de execução serão tratadas em um curso separado.

## Execução obrigatória (1 SWS)

O curso de direito de herança obrigatório trata das questões do exame do oitavo livro do Código de Processo Civil (com exceção dos procedimentos de medidas provisórias, que são atribuídos à "Lei de Processo Civil" da Junta de Exames) . Em primeiro plano, estão os recursos legais no Volrechtreckungsverfahren, com sua relação com as questões sachentrechilichen , a delimitação e as competências do indivíduo Rechtsbehalte . A este respeito, as tarefas e responsabilidades também aborda a órgãos executivos individual. Os requisitos de elegibilidade e problemas selecionados no Launchpad hipotecari para devido aos créditos pecuniários.

## Direito do Trabalho (1 SWS)

O exame de Direito do Trabalho prepara você para o exame escrito e oral, na medida em que o trabalho obrigatório é obrigatório. A lei de constituição comercial, a lei de determinação e a lei trabalhista são, portanto, amplamente excluídas.

A preparação para o exame assume a forma de uma discussão sobre decisões-chave sobre questões de formação de contratos de trabalho, direitos e obrigações decorrentes de contratos de

trabalho existentes, em particular o direito a benefícios e rescisão de contratos de trabalho .  
Atenção especial é dada às fontes legais específicas da legislação trabalhista (fatores de projeto), às mudanças no direito do trabalho da lei de danos e à proteção contra cancelamento.

Na medida em que é necessário entender os direitos e obrigações decorrentes da relação de trabalho, todos os fatos constitucionais relevantes da empresa (treinamento salarial, férias, questões regulatórias) são discutidos .

#### Direito de Família e Sucessões (2 SWS)

Nesse caso, as questões de direito de família e herança relevantes para o primeiro exame estadual serão discutidas com base nos casos. O conhecimento básico já adquirido é consultado, repetido e aprofundado; na resolução de casos, a conexão com outros problemas de processos civis e civis deve ser estabelecida.

A seção de direito da família do evento concentra-se nos seguintes assuntos: reclamações pela dissolução de uma empresa não matrimonial, reclamações tortuosas por um "distúrbio" do casamento por terceiros e reclamações por danos em caso de ferimento ou morte do cônjuge, o equilíbrio de responsabilidades entre cônjuges e filhos sob a repetição do problema da chamada relação de dívida total anulada, obrigação e limitação de responsabilidade dos cônjuges (especialmente a chamada violência - chave e 88 1365, 1369 BGB), a condenação obrigatória e acordo mútuo do devedor com os cônjuges, a reivindicação de um cônjuge em cooperação na operação do casal e a compensação dos chamados benefícios não identificados, obtendo indenização no estado legal no divórcio do casamento , na visão geral dos divorciados e na manutenção de parentes, nos direitos de filiação as questões de descendência encia (especialmente no caso da fertilização artística) e a representação conjunta de crianças.

Na área do direito sucessório, a sucessão legal é repetida primeiro entre os membros da família (incluindo filhos ilegítimos) e os cônjuges. Em seguida, as possibilidades de sucessão voluntária são abordadas através da vontade (em particular, questões de construção, projeto e interpretação), da vontade comum e do contrato de herança. O status dos herdeiros será discutido (aceitação e rejeição da herança, certificado de herança e direitos de herança), bem como a sucessão de direitos de herança, direitos de propriedade e disputas entre a comunidade de herdeiros.

Finalmente, há planos para discutir negócios entre vida e morte (doações e transações pagas em caso de morte e cláusulas subseqüentes em contratos sociais).

## Direito Comercial (1 SWS ou evento em bloco)

O curso repete e aprofunda questões de direito comercial com base em casos, para que os problemas de direito comercial sejam sistematicamente abordados. Em detalhes, o procedimento é o seguinte:

Os diferentes tipos de comerciante (comerciante obrigatório, comerciante de débito, comerciante de latas, forma comerciante, entrada da força comercial, comerciante ilusório).

Direito societário e continuação da empresa (O efeito da continuação da empresa ou a alteração da forma jurídica do nome da empresa, o impacto da continuação da empresa no passivo, o passivo de herança de acordo com o 8 27 HGB). Publicidade negativa e positiva do registro comercial.

§ 15 HGB (fatos dignos de entrada e possível entrada, relacionados a § 5 HGB, a destruição do direito legal por § 15 parágrafo 2 HGB, direito a documentos apresentados, não válidos no tráfico ilegal, | teoria da resina "de o BGH).

Poder e poder de representação (possíveis repercussões, aquisição de poder para menores, delimitação de poder, jurisdição).

Transações comerciais, regras gerais (boa fé no poder de descarte, retenção comercial, conta corrente, carta de prova comercial).

Transações comerciais, compra comercial (atraso de aceitação, compra de venda fixa, investigação e apreensão) .

O Examinatorium não substitui uma conferência porque lida apenas com problemas de maneira muito focada. Requer um bom conhecimento do direito comercial, bem como do direito das obrigações da parte geral do BGB e BGB, porque as referências cruzadas são necessárias repetidas vezes.

## Direito Societário (2 SWS)

A banca examinadora "Direito societário" repete e aprofunda os problemas do direito societário com base em casos.

#### A. Empresas de passageiros

E A sociedade BGB Diferenciação para a comunidade e a associação, os diferentes tipos de sociedade BGB, o poder de gestão e representação, as possibilidades de limitação de responsabilidade, os direitos ou as sociedades da empresa.

#### A empresa comercial aberta

a) A fundação da empresa (horário de início, continuação pela comunidade de herdeiros, limitação do patrimônio de acordo com o § 8 27 HGB)

b) A empresa defeituosa.

c) A relação jurídica entre acionistas ( ato pró-sócio contra reclamações da empresa contra terceiros e reclamações de terceiros contra a empresa, cláusula de não concorrência, direito de recurso de um acionista, exclusão de direitos sociais, problemas Auton associação omy).

d) A legalidade das relações jurídicas com terceiros (direito de representação, exclusão do único membro, responsabilidade dos parceiros, responsabilidade dos parceiros, limitação da defesa).

e) Dissolução da empresa e saída de empresas .

f) Transferência e herança de direitos de membro.

9) A liquidação da empresa.

h) A responsabilidade subsequente dos acionistas cessantes.

W I. A parceria limitada As várias responsabilidades do parceiro limitado.

B. Sociedades de capital A sociedade de responsabilidade limitada.

a) A fundação da GmbH (a empresa pré-fundadora , a empresa fundadora, a responsabilidade da GmbH )

b) O diretor administrativo da GmbH (responsabilidade do diretor administrativo pela violação dos deveres de proteção pré-contratuais de c.ic. , violação do dever de agir em tempos de crise, delito, possibilidade de demissão em uma empresa bipartida)

O Examinatorium não substitui uma conferência sobre direito das sociedades, mas, pelo contrário, exige bons conhecimentos básicos sobre esse assunto, bem como o Código Civil de Obrigações e a Parte Geral, uma vez que devem ser feitas constantes referências e referências cruzadas.

Derech ou criminoso | e II (4 SWS cada)

Os cursos de exame servem para a preparação intencional do primeiro exame estadual, especialmente para concluir os dois exames criminais. Consequentemente, as áreas-chave da Parte Geral (Curso de Direito Penal I) e da Parte Especial (Curso de Direito Penal II) são representadas e aprofundadas por tópicos relevantes para exames nessas áreas.

Direito Processual Penal (2 SWS) A Junta de Exame em Direito Processual Penal é oferecida como parte do curso da primavera.

Direito administrativo geral (2 SWS ou evento em bloco)

O curso repete e aprofunda as principais áreas do direito administrativo geral. Em particular, são tratados os problemas de reserva de lei, ato administrativo, conceito jurídico indeterminado, discricção, procedimento administrativo, extensão administrativa, controle administrativo e contrato administrativo .

Além disso, as áreas de ação legal, procedimentos de oposição e proteção legal provisória são tratadas pela Lei de Procedimentos Administrativos.

Com base em casos pequenos e grandes, bem como na jurisprudência atual, as conexões dos problemas descritos acima são discutidas e sua participação na resolução do caso de auditoria é ilustrada. O objetivo do curso não é apenas a repetição e aprofundamento, mas também o trabalho com o fato da prova declarada, as possibilidades de argumentação, o reconhecimento de estradas ou caminhos e o desenho de estratégias de solvência.

A participação no curso exige um bom conhecimento do direito administrativo geral e do direito processual administrativo.

#### Direito Regulatório e Policial (2 SWS)

O curso é baseado no Examinatorium , direito administrativo alemão . "O conhecimento do Direito Administrativo Geral e do Direito Processual Administrativo está vinculado às principais áreas do direito administrativo especial, o direito policial."

Ele lida com as seguintes áreas: autoridades policiais, responsabilidades, deveres policiais, composição e regulamentação policial, execução imediata de uma medida, interferência, ação policial padrão, medidas de execução e custos policiais.

A área temática é tratada com base em casos e jurisprudência. O objetivo não é apenas a repetição e o aprofundamento de problemas policiais individuais, mas também a abordagem estratégica para resolver as cláusulas da lei policial .

A participação no curso requer um bom conhecimento básico de direito policial.

#### Lei de Serviços Alternativos (1 SWS)

O direito à indenização por serviço público, incluindo responsabilidade pública, o direito a indenização, reparação e similares, inclui as várias reivindicações por danos, indenização e restituição que o cidadão afirma violar seus direitos por conduta do Estado. Não representa um sistema autônomo, mas emergiu histórica e objetivamente de diferentes raízes, baseia-se em diferentes bases jurídicas e em diferentes fatos, apenas parcialmente coordenados.

Uma parte essencial disso é a lei de responsabilidade pública, que força o Estado a pagar indenizações pela conduta ilegal de seus funcionários ou outros funcionários públicos. Outro ponto focal é a compensação por legítimos ou ilegais

Interferência na propriedade (expropriação, confisco, prisão intercambiável). Diferentemente dessas reivindicações por danos, os golpes são necessários para eliminar as conseqüências reais de uma ação administrativa ilegal e, portanto, restaurar sua condição original. Essas declarações básicas são complementadas por uma série de requisitos especiais, que se aplicam apenas às subseções. Mas, a esse respeito, pode se tornar bastante significativo.

A base da compensação do direito público é, em última análise, o Estado de direito. O que exige não apenas a vinculação dos órgãos estatais à lei aplicável. Mas também uma defesa contra a máfia ilegal (proteção legal primária) e se você não limitar ou limitar seu pedido de indenização (proteção legal secundária)

Direito Oral (2 SWS ou evento em bloco)

Direito de propriedade pública / Direito institucional (1 SWS ou evento em bloco)

Os cursos servem como preparação para o Primeiro Exame de Direito do Estado e repetem ou aprofundam problemas de direito comunal e direito de propriedade pública / direito institucional. Além disso, o objetivo é estragado com eles. Após o desenvolvimento legal mais recente desde o momento das respectivas conferências, em particular no que diz respeito ao direito europeu. Sobre a repetição. Além de aprofundar e atualizar, a integração no sistema jurídico geral deve ser esclarecida.

O assunto do curso de direito local é, acima de tudo, a situação constitucional do autogoverno da comunidade, incluindo as peculiaridades dogmáticas da arte. 28 (2) Lei Fundamental e a chamada queixa constitucional municipal. Com base nisso, são discutidos a organização e os processos de tomada de decisão em nível local e apontadas as peculiaridades processuais das disputas entre as autoridades locais. Outro foco está nas possibilidades do comércio municipal (com uma visão geral do município de *Wirischafisrecht*), em particular na autonomia constitucional.

Isso inclui as peculiaridades no estabelecimento e controle da lei local e sua localização na estrutura escalonada do sistema jurídico. O tratamento dos vários tipos de tarefas e a

correspondente capacidade de resposta (supervisão) do estado requerem o tratamento de diferentes situações de proteção legal em relação ao estado e à comunidade. Problemas na organização e no uso de equipamentos públicos comuns são abordados, mas em detalhes são tratados no curso de exame subsequente "Direito de Propriedade Pública".

Na primeira parte deste curso, o foco está nas sanções como propriedade pública para uso público. Sua função, gênese e, acima de tudo, as leis que governam o uso das ruas são dirigidas, ao mesmo tempo, tão diferentes de outros objetos públicos. Os tipos de uso comum, uso ribeirinho e uso especial desempenham um papel importante, incluindo a cobertura constitucionalmente correta. Isso também inclui restrições ao uso do público por direito penal, por um lado, e direito penal de tráfego, por outro. A segunda parte trata dos problemas de uso institucional, que podem ser aprofundados de maneira particularmente vívida com base nas instituições públicas municipais.

#### Right constitutional | (2 SWS)

Com base em exemplos mais extensos, que têm a dificuldade do nível de exame, toda a lei da organização estadual relevante para o exame é repetida e aprofundada. O foco está em questões de finalidade estadual, competências, status legal de agências federais, direito partidário e constituição financeira. Também está incluída a integração do Staatsgewalt alemão em (barra de aço) na União Europeia. Além de questões jurídicas substantivas, os procedimentos constitucionais relevantes também são discutidos e aprofundados. O objetivo do curso é reunir o curso "Direitos Fundamentais" para os participantes.

No campo do direito constitucional, mas também para permitir que eles obtenham uma visão geral da influência do direito constitucional em todas as jurisdições legais antes de concluir os estudos universitários.

#### Direito Constitucional II (2 SWS)

Os tópicos do curso são, com base na leitura do mesmo nome, os direitos fundamentais e sua importância nos diferentes contextos legais. Consequentemente, o conteúdo e o escopo das resoluções básicas e sua gestão metodológica são tratados não apenas no contexto clássico da denúncia constitucional, mas também nos procedimentos da jurisdição ordinária e administrativa, bem como na atividade administrativa. Além disso, como instrumento específico do tribunal constitucional para a proteção dos direitos fundamentais, a denúncia constitucional em seu problema processual deve ser desenvolvida e aprofundada especificamente.

Em termos de direito substantivo, tendo em conta o direito europeu (por exemplo, no que diz respeito à questão dos direitos fundamentais), são abordados os direitos fundamentais mais importantes, como a liberdade de ação e os direitos pessoais (artigo 2, parágrafo 1, da Lei Básica), igualdade (artigo 3 da Lei Básica), opiniões e opiniões Liberdade de imprensa (artigo 5, seção 1, 2 GG), liberdade de ocupação (artigo 12, seção 1, da Lei Básica) e direito a uma audiência legal (artigo 103 (1) da Lei Básica). O tratamento da garantia patrimonial (artigo 14 da Lei Básica), que também é particularmente importante, está essencialmente relacionado ao curso da revisão de "Substituição de Desempenho".

## Direito da Construção (2 SWS)

No curso "Direito da Construção", a lei da construção pública como disciplina obrigatória trata principalmente dos problemas da lei do planejamento do uso da terra e da admissibilidade de projetos de construção. Isso é feito com base nos casos em que os conceitos básicos são discutidos com a inclusão de outras questões relacionadas. Como o direito da construção se tornou uma das áreas de referência mais importantes do direito administrativo geral, é essencial fazer uma referência contínua a essa área.

O objetivo da "Lei de Planejamento do Uso da Terra Urbana" é a preparação de planos municipais de construção, em particular planos de desenvolvimento. Questões básicas relacionadas ao planejamento, como a autoridade de planejamento e o status legal do município junto às agências estaduais de planejamento e supervisão, diretrizes restritivas para o conteúdo dos planos, os requisitos legais da licitação e os problemas individuais, como a relação entre os planos de construção (plano de uso da terra e plano de desenvolvimento) entre si e questões de proteção legal na lei de planejamento da construção, por exemplo, por meio do procedimento de controle, é acordado de acordo com 8 47 Vw GO .

A "Admissibilidade de projetos de construção" refere-se a problemas relacionados ao planejamento da construção, uma vez que ocorrem na aplicação de 88 30-36 Bau GB e nos regulamentos mais importantes da Portaria Federal sobre o Uso de Edifícios, bem como perguntas selecionadas relacionadas ao código de edifício. Estes últimos são tratados apenas na medida em que estejam intimamente ligados ao exame da admissibilidade de projetos de construção. Essencialmente, esta é a audiência processual de acordo com os novos regulamentos estaduais de construção (licenças de planejamento, procedimentos de permissão de planejamento, isenções, procedimentos de informação), bem como os poderes "legais" de intervenção, por exemplo, para a emissão de ordens de demissão. As questões de proteção legal tanto do voluntário quanto do vizinho formam outra abordagem para o curso.

## Direito Europeu (2 SWS)

O Programa Europeu de Revisão de Segurança e Higiene Alimentar trata dos reguladores centrais do direito da Comunidade Europeia e dos problemas típicos encontrados na aplicação do direito comunitário.

O curso começa com uma introdução à questão fundamental da abrangência e efeitos do direito comunitário em relação ao direito nacional. Aborda a primazia e a não aplicabilidade do direito comunitário, particularmente no caso de *Richilinia*, bem como a necessidade de uma interpretação no estilo comunitário e a possibilidade de sancionar a responsabilidade do Estado. Neste contexto, os efeitos jurídicos das convenções coletivas celebradas pela Comunidade também devem ser abordados.

Na decisão, o curso volta à questão da eficácia! Direito comunitário, nomeadamente no que respeita às bases jurídicas e às regras processuais a observar na adopção do direito comunitário derivado. Isso também leva ao problema constitucionalmente correto de até que ponto o direito comunitário pode ser medido em relação aos direitos fundamentais da jurisdição nacional e quais medidas vinculativas um direito comunitário possui que são ilegais.

No campo das liberdades fundamentais, antes de tudo, são discutidos princípios como eficiência económica, escopo e efeito da deriva antes de discutir em detalhes a liberdade de emprego, a livre circulação de mercadorias, a liberdade de prestação de serviços, e a liberdade de estabelecimento.

O curso termina com uma visão geral da protecção legal no direito comunitário e as formas de acção previstas no TEC.